

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

90116/2025

### **CONTRATANTE (UASG)**

**Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP**  
(990202)

### **OBJETO**

Contratação de prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos nos Prédios Administrativos e Centros de Atendimento da Fundação CASA

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**Sigiloso**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **26/02/2026** às **09:30h** (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço do grupo

### **MODO DE DISPUTA:**

aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

## PREÂMBULO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2025

Processo Administrativo SEI nº 161.00126567/2025-83

Código Único nº 20250864821

Torna-se público que a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – **Fundação CASA-SP**, por meio da Divisão de Suprimentos, sediada na **Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 - 7º andar - Luz - São Paulo - SP - CEP 01030-001**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Portaria Normativa nº 509/2025 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos nos Prédios Administrativos e Centros de Atendimento da Fundação CASA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1. Para os grupos de 1 a 8, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. No que concerne aos subitens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.

3.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos

com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.5.1 ou no subitem 3.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.4. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relacionados ao valor unitário e total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

<u>Grupo / Serviço</u>	<u>Intervalo mínimo de valores</u>
1	5.000,00
2	200,00
3	200,00
4	500,00
5	300,00
6	2.000,00
7	3.000,00
8	3.000,00

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.5. As disposições deste item 5.17 e subitens não se aplicam aos itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa “aberto e fechado”.

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.20.2. empresas brasileiras;

5.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 3.5 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento de planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as

condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.1.3. Para pessoas jurídicas em consórcio, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.1.3.1. Para a comprovação da exigência dos requisitos de habilitação econômico-financeira das pessoas jurídicas em consórcio, conforme subitem anterior, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira, salvo se o consórcio for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 11 deste Edital.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo sistema SEI/SP.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

9.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;



9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

9.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 9.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. Os procedimentos para apuração e aplicação das sanções administrativas relacionadas à presente licitação estão previstos na Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento.

9.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a

pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio: [slicp@fundacaocasa.sp.gov.br](mailto:slicp@fundacaocasa.sp.gov.br)*.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no endereço eletrônico na Internet*

[www.fundacaocasa.sp.gov.br](http://www.fundacaocasa.sp.gov.br), opção *Transparência*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo

de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

11.2.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

11.2.2.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2.3.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

11.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônico [www.fundacaocasa.sp.gov.br](http://www.fundacaocasa.sp.gov.br), opção *Transparência* e [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br), opção *e-negociospublicos*.

11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.15.1. Termo de Referência – Anexo I do Edital;

11.15.1.1. Estudo Técnico Preliminar – Anexo do Termo de Referência;

11.15.2. Minuta de Contrato - Anexo II do Edital;

11.15.3. Cópia da Portaria Normativa nº 509/2025 - Anexo III do Edital;

11.15.4. Modelos referente a planilha de proposta - Anexo IV do Edital;

11.15.5. Modelo de Declaração exigida para Habilitação - Anexo V do Edital;

11.15.6. Modelos referentes à vistoria prévia - Anexo VI do Edital.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026.

Amanda Aparecida Moraes Salazar  
Diretora de Divisão



ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 70/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
70/2025	990202-ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO	PEDRO ROMANO DE AGUIRRE	06/02/2026 13:51 (v 6.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		SEI 16100126567 /2025-83

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de prestação de serviços de Controle de Pragas mediante a operacionalização e o desenvolvimento de desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos, nos Prédios Administrativos e Centros de Atendimento da Fundação CASA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

QUADRO RESUMO:

DESINSETIZAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	Desinsetização	Quantidades m²
GRUPO 01	Controle Pragas	70866	216	736.481
GRUPO 02	Controle Pragas	70866	6	14.898
GRUPO 03	Controle Pragas	70866	18	43.920
GRUPO 04	Controle Pragas	70866	15	32.844
GRUPO 05	Controle Pragas	70866	52	102.292,50
GRUPO 06	Controle Pragas	70866	36	190.014
GRUPO 07	Controle Pragas	70866	36	139.281
GRUPO 08	Controle Pragas	70866	42	99.368

A horizontal number line with five equal segments. Each segment contains a fraction:  $\frac{1}{5}$ ,  $\frac{2}{5}$ ,  $\frac{3}{5}$ ,  $\frac{4}{5}$ , and  $\frac{5}{5}$ .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	Desratização	Quantidades m²
GRUPO 01	Controle Pragas	70874	216	736.481
GRUPO 02	Controle Pragas	70874	6	14.898
GRUPO 03	Controle Pragas	70874	18	43.920
GRUPO 04	Controle Pragas	70874	15	32.844
GRUPO 05	Controle Pragas	70874	52	102.292,50
GRUPO 06	Controle Pragas	70874	36	190.014
GRUPO 07	Controle Pragas	70874	36	139.281
GRUPO 08	Controle Pragas	70874	42	99.368

## DESCUPINIZAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	Descupinização	Quantidades m²
GRUPO 01	Controle Pragas	70882	64	216.782
GRUPO 02	Controle Pragas	70882	4	9.932
GRUPO 03	Controle Pragas	70882	9	21.960
GRUPO 04	Controle Pragas	70882	10	21.896
GRUPO 05	Controle Pragas	70882	31	58.243
GRUPO 06	Controle Pragas	70882	24	126.676
GRUPO 07	Controle Pragas	70882	24	92.854
GRUPO 08	Controle Pragas	70882	28	66.246

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	Controle Pombos Unitário	Quantidades m²
GRUPO 01	Controle Pragas	183270	36	156.255
GRUPO 02	Controle Pragas	183270	6	14.898
GRUPO 03	Controle Pragas	183270	18	43.920
GRUPO 04	Controle Pragas	183270	15	32.844
GRUPO 06	Controle Pragas	183270	12	65.937
GRUPO 07	Controle Pragas	183270	48	185.708
GRUPO 08	Controle Pragas	183270	42	99.368

1.1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras. gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.1.4. Considerando o valor estimado para a contratação, a presente licitação será de participação ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.4.1. Não será aplicada cota de participação exclusiva, com fundamento no artigo 3º, inciso II da Lei Estadual n.º 16.928/2019, considerando que o objeto da licitação não será adjudicado por item, o que comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Fundação CASA/SP, evitando assim, prejuízo ao conjunto do objeto a ser licitado e com vistas à preservação da economia de escala.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de , contados da data **15 (quinze) meses** estabelecida na primeira ordem de início dos serviços, conforme Cronograma de Execução dos Serviços – Anexo deste Termo de Referência.

1.3.3.1. Os cronogramas poderão ser ajustados, proporcionalmente, em caso de impossibilidade de início dos serviços nas datas neles estimadas, mantendo-se a quantidade de limpezas para as contratações.

1.3.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência das contratações, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.3. A vantagem econômica em razão do período de contratação plurianual se descreve em que a contratação por prazos maiores enseja:

1.3.3.1. Maior garantia para o contratado, considerando que o mesmo terá mais tempo para amortizar seus investimentos e auferir seu legítimo lucro.

1.3.3.2. Diluição de custos fixos que permite preços menores, além do potencial aumento de competitividade, diante do tempo estipulado maior para gerir riscos do negócio.

1.3.3.3. Vantagem administrativa, consistente na não ocupação desta administração com procedimentos anuais de renovação e um prazo maior na manutenção dos profissionais por mais tempo na execução dos serviços contratados, que adquirem maior experiência e, portanto, podem executar com mais eficiência suas atividades.

1.4. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista sua periodicidade e forma de execução, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.6. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPC-FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### **Subcontratação**

1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

#### **Validade da proposta**

1.8. Para garantir a estabilidade da proposta e permitir a análise adequada do processo, especialmente em licitações mais complexas, a validade será de 180 (cento e oitenta) dias.

1.8.1. Ressaltamos que esse prazo não traz custos extras aos fornecedores, uma vez que define um período razoável para a validade da proposta, seguindo as práticas do mercado, evitando retrabalho e assegurando a continuidade do certame sem prejuízos à Administração.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, e segue divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) e no site institucional da Fundação Casa. A consulta ao PCA-2025 pode ser realizada através do link de acesso: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/plano-decontratacao-anual/>.

## **3. Descrição da solução como um todo**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

4.1.2. Para o controle e manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva, a empresa deverá seguir as normas regulamentadoras da Instrução Normativa Ibama, nº 141, de 19 de dezembro de 2006.

## Garantia da Contratação

4.2. Será exigida garantia para a contratação, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 /2021. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme as condições estabelecidas nas cláusulas do contrato.

4.3. Dentro do prazo estabelecido para a formalização da contratação, e antes da assinatura do contrato, o fornecedor deverá apresentar garantia contratual, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

**I - Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

**II - Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

**V - Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.5. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido será considerada recusa injustificada à formalização do contrato, configurando descumprimento integral da obrigação assumida. Tal conduta sujeitará o fornecedor vencedor às sanções previstas na legislação aplicável.

4.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

## Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim de segunda à sexta-feira, das 10:00 (dez) horas às 15:00 (quinze) horas.

4.8. Poderão ser feitas tantas vistorias quantas cada interessado considerar necessário. Cada vistoria deverá ser agendada com o(s) servidor(es) Edivaldo Cesar Simei e/ou Marly pelos telefones (11) 3204-2752 ou 3204-2758 e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



#### 5.4. COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada deve fornecer o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome do cliente;  
II - endereço do imóvel;  
III - praga(s) alvo;  
IV - data de execução dos serviços;  
V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;  
VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado( s);  
VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);  
VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;  
IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;  
X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e  
XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

Os procedimentos de diluição, manuseio, transporte, aplicação, destinação final e biossegurança deverão seguir os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), contendo instruções sobre:

- Ações em caso de acidentes com produtos químicos;
- Medidas de segurança para trabalhadores;
- Destinação final de produtos e embalagens.

Os veículos utilizados para transporte dos produtos deverão atender às exigências legais e não poderão ser utilizados para transporte coletivo de pessoas. O descarte das embalagens será de responsabilidade da Contratada, devendo seguir as normas ambientais.

O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações.

A Contratada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade da Contratada.

A Contratada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos aonde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

5.5. Cronograma/ periodicidades de realização dos serviços:

A execução dos serviços seguirá a seguinte periodicidade:

- **Controle de pragas gerais (Desinsetização, Desratização e Descupinização):** De acordo com necessidade de cada Centro da Fundação Casa (a cada 2, 3 e 6 meses ou Anual)
- **Controle de pombos:** De acordo com necessidade de cada Centro da Fundação Casa (a cada 2, 3 ou 6 meses)

5.6. Os serviços serão prestados nos locais abaixo relacionados com no período entre 09:00 horas e 15:00 horas.

## DIVISÃO REGIONAL METROPOLITANA CAPITAL - DRCAP

## Grupo 01 - DRCAP

Local	Município	Endereço
DPIL	São Paulo	Rua Izidoro Matheus, 316, Vila Mariana, São Paulo-SP CEP 02112-0004
Antigo CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	São Paulo	Avenida do Estado, 2001, bairro Pari, São Paulo/SP – CEP: 01107-00.

CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	São Paulo	Rua Síria, 582, Parque São Jorge, São Paulo - SP - CEP 03056-040
CASA DE SEMILIBERDADE ARARE	São Paulo	Rua dos Buritis, nº 694, Jardim Oriental, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.321-002 São Paulo/SP – CEP 04319-020
CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS	São Paulo	Rua Caetanos nº 135 – Vila Regente Feijó – Água Rasa - São Paulo/SP – CEP 03335-010
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	São Paulo	Rua Abará, nº 80 – Jardim das Acácias – Brooklin São Paulo/SP – CEP 04707-040
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I (suspensa)	Ferraz de Vasconcelos	Rua Manoel Sebastião, nº 810 – Chácara Guaio Ferraz de Vasconcelos / SP - CEP 08512-000
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II (suspensa)	Ferraz de Vasconcelos	Rua Manuel Sebastião, nº 808 – Chácara Guaio – Ferraz de Vasconcelos / SP - CEP 08512-000
CASAS NOVA VIDA E PAULISTA	São Paulo	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - VILA MARIA São Paulo/SP- CEP 02170-000
CASAS OURO PRETO E JOÃO DO PULO	São Paulo	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - VILA MARIA São Paulo/SP CEP 02170-000
CASA PIRITUBA	São Paulo	Rua Stefano Mauser, 661 – Chácara Paraíso – Pirituba – São Paulo – SP – CEP: 05175-200
CAIP SÃO FRANSCISCO	São Paulo	Avenida Dra. Ruth Cardoso, 1233 - Vila Leopoldina, São Paulo - SP, 05310-000
COMPLEXO RAPOSO TAVARES – CASAS: ARPOADOR, CEDRO, NOVA ALIANÇA, IPÊ, NOVA AROEIRA, UAISA RAP., LAVANDERIA, PRÉDIO REGIONAL, PORTARIAS CENTROS E PORTARIA 02	São Paulo	Rod. Raposo Tavares, Km 19,5 - Jardim Arpoador São Paulo SP - CEP: 05577-300
EDIFICAÇÃO EXTINTA DRMNO, ALMOXARIFADO E EXTINTA LAVANDERIA	São Paulo	RUA DIAS DA SILVA, S/N CEP: 02114-000 – VILA MARIA – SP
CAIP RUTH PISTORI	São Paulo	Avenida do Estado, nº 1949 – Bom Retiro São Paulo / SP - CEP 01107-000
CASA CHIQUINHA GONZAGA	São Paulo	Rua Japuruchita, 300 – Mooca São Paulo/SP - CEP 03128-070
CASA ITAQUERA	São Paulo	Av. Miguel Ignácio Curi, nº 1311 – Itaquera São Paulo/SP - CEP 08295-005
CASA DE SEMILIBERDADE URAÍ - ZONA LESTE	São Paulo	Rua Augusto Ostergreen, 237 – Vila Beatriz São Paulo / SP – CEP 03644-010
Divisão Regional Metropolitana CAPITAL – Áreas internas e externas	São Paulo	Rua Coronel Mursa, 270, Brás - São Paulo / SP -CEP: 03043-050
FARMÁCIA	São Paulo	Rua Coronel Mursa, 270, Brás - São Paulo / SP -CEP: 03043-050
COMPLEXO 450 VILA MARIA – CASAS: GOV MARIO COVAS, BELA VISTA, VILA GUILHERME, ONIX, SÃO PAULO, UAISA	São Paulo	Avenida Condessa Elisabeth de Robiano, nº 450 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP 03074-000
CASA ITAPARICA	São Paulo	Rua Domingos Paiva, 618 – Brás São Paulo/SP - CEP: 03043-070
CASA JUQUIÁ	São Paulo	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás São Paulo/SPCEP 03043-050
CASA RIO PARANÁ	São Paulo	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás São Paulo/SP - CEP 03043-050



CASA RIO TÂMISA	São Paulo	Rua Coronel Mursa, 270 – Brás São Paulo/SP - CEP: 03043-050
Antigo - CORA CORALINA	São Paulo	Rua Coronel Mursa, 270, 3º andar - Brás - São Paulo / SP -CEP: 03043-050
CASA TOPÁZIO	São Paulo	Rua Domingos Paiva, 618 – Brás São Paulo/SP - CEP: 03043-070
CAI GAIVOTA	São Paulo	Rua Piratininga nº 85 – Térreo – Brás – São Paulo/SP – CEP 03042-001
CASA RIO TOCANTINS	São Paulo	Rua Piratininga, 85 – Brás – 3º andar - São Paulo/SP - CEP 03042- 001
CASA RIO TURIASSÚ	São Paulo	Rua Piratininga, 85 – 1º e 2º andares - Brás – São Paulo/SP - CEP 03042-001.
NAID- Núcleo de Acervo Institucional Documental	São Paulo	Avenida Celso Garcia, nº 2593- Belenzinho-São Paulo - SP-CEP 03063- 000
EDIFÍCIO SEDE - FLORÊNCIO ABREU	São Paulo	Rua Florêncio de Abreu, 848 – Luz CEP 01030-001 São Paulo-SP

DIVISÃO REGIONAL LITORAL E METROPOLITANA - DR2

Grupo 02 - DR2

Local	Município	Endereço
CASA OSASCO I e OSASCO II	Osasco	Rua José Pascowitch nº 100 Chácara Everest, altura do KM 21,5 da Rodovia Raposo Tavares Osasco SP - CEP 06149-070

Grupo 03

Local	Município	Endereço
CASA Vila de São Vicente	São Vicente	Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, s/nº - Km 67 - Jardim Samaritá - São Vicente - SP - CEP 11346-300
CASA / CAI Guarujá e Almoarifado DRL	Guarujá	Avenida Adhemar de Barros, nº 571 - Vila Santo Antônio - Guarujá - SP - CEP 11430-000
CASA Itanhaém (Suspendido)	Itanhaém	Estrada Coronel Joaquim Branco, nº 3787 - Jardim Aguapeú - Itanhaém - SP - CEP 11740-000
CASA Mongaguá	Mongaguá	Avenida dos Mariscos, s/nº - Balneário Cavalo Marinho - Mongaguá - SP - CEP 11730-000
CASA Peruíbe	Peruíbe	Rua Dois, nº 141 - Estância Pérola Negra - Peruíbe - SP - CEP 11773-812
CASA Praia Grande I	Praia Grande	Rua Cinco, nº 21 - Ribeirópolis - Praia Grande - SP - CEP 11714-110
CASA Praia Grande II	Praia Grande	Rua Couto de Magalhães, nº 16 - Ribeirópolis - Praia Grande - SP - CEP 11714-290
CASA Santos (Suspendido)	Santos	Rodovia Rio-Santos, Km 0 + 900 metros - Monte Cabrão Santos - SP - CEP: 11220-000
Subsede Litoral	Guarujá	Avenida Adhemar de Barros, nº 571 - Vila Santo Antônio - Guarujá - SP - CEP 11430-000

Grupo 04

Local	Município	Endereço
CASA SOROCABA I	Sorocaba	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP CEP 18087-210
CASA SOROCABA II	Sorocaba	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 - Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP

		CEP 18087-210
CASA SOROCABA III	Sorocaba	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 570 – Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210
CASA SOROCABA IV	Sorocaba	Avenida Doutor Antonio de Souza Netto, 200 Bairro Aparecidinha - SOROCABA SP CEP: 18087-210
CASA ESPERANÇA	Itapetininga	Rodovia Gladys Bernardes Minhoto - SP 129 Km 63 - Vila Belo Horizonte ITAPETININGA/SP - CEP: 18211-265

DIVISÃO REGIONAL CAMPINAS E VALE DO PARAÍBA – DR3

Grupo 05

Local	Município	Endereço
CASA DE SEMILIBERDADE JUNDIAÍ	Jundiaí	Avenida Samuel Martins, 80 – Vila Progresso Jundiaí / SP – CEP 13202-251
CASA Jundiaí - Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (Suspensa)	Jundiaí	Rua Rodovia Vereador Geraldo Dias, Km 74, Bairro Corrupira, Jundiaí / SP - CEP 13214-830
SEDE DR3 Campinas	Campinas	Av. Brasil nº 2340, Jardim Chapadão, Campinas – SP, CEP 13070-178.
CAIP ANDORINHAS	Campinas	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin, Campinas/SP, CEP 13069-096
CASA MAESTRO CARLOS GOMES	Campinas	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin - Campinas / SP CEP 13069-096
CASA CAMPINAS	Campinas	Av. Comendador Aladino Selmi, s/nº, Vila San Martin - Campinas/SP CEP 13069-096
CASA JEQUITIBA (suspensa)	Campinas	Rua Francisco Antonio da Silva nº 40 - Jardim São Vicente - Campinas - SP, CEP 13045-025
CASA RIO PIRACICABA	Piracicaba	Rodovia SP 147 Km 138,5 - Bairro Vila Areão Piracicaba / SP - CEP 13414-020
CASA LARANJEIRAS	Mogi Mirim	Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970
CASA MOGI MIRIM	Mogi Mirim	Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970
CASA LIMEIRA	Limeira	Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170
CASA MORRO AZUL	Limeira	Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170
SADRM C E ALMOXARIFADO – FRANCO DA ROCHA	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
UAISA/DRMC -FRANCO DA ROCHA	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
CAIP JACARANDÁ	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
CASA MANACÁ DA SERRA	Franco Da Rocha	Rua Marcus Vinicius Donadel Góes, nº 100 Franco da Rocha/SP - CEP 07859-380
CASA NOVO TEMPO	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº - Pouso Alegre Franco da Rocha / SP CEP 07859-340
CASA RIO NEGRO (Suspensa)	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-3
	Franco Da	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre

CASA TAPAJÓS	Rocha	FRANCO DA ROCHA / SP CEP 07859-340
CASA E.RIO CLARO (suspensa)	Rio Claro	Rodovia SP 191, Km 79,5 – Rio Claro / SP CEP 13500-970

DIVISÃO REGIONAL INTERIOR - DR4

Grupo 06

Local	Município	Endereço
Sede DR4 + UAISA + Almoxarifado/Subfrota	Iaras	Praça da Monção, nº 673 - Centro - Iaras/SP – CEP 18775-021
CASA MADRE TEREZA I (suspensa)	Iaras	Estrada Vicinal Dr. Jair Gilberto Campanati, Km 4, Iaras / SP, CEP 18779-899
CASA MADRE TEREZA II (suspensa)	Iaras	Estrada Vicinal Dr. Jair Gilberto Campanati, Km 4, Iaras / SP, CEP 18779-899
CASA RIO NOVO (suspensa)	Iaras	Estrada Vicinal Jair Gilberto Campanatti, Km 2, Iaras/SP - CEP 18779-899
CASA TRÊS RIOS - IARAS	Iaras	Estrada Vicinal Jair Gilberto Campana , Km 2 - Iaras/ SP - CEP 18779-899.
CASA BAURU	Bauru	Av. Lucio Luciano, Km 231 - Núcleo Residencial Presidente Geisel BAURU/SP - CEP: 17033-530
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	Bauru	Rua Princesa Isabel, 10-46 - Jd.Bela Vista BAURU/SP - CEP: 17060-490
CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	Cerqueira César	Rodovia Salim Antônio Curiati - Km 21+500 m – SP 245 – Cerqueira César/SP - CEP 18769-899
CASA FEMININO DE CERQUEIRA CESAR	Cerqueria César	Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899
CASA JOÃO PAULO II	Cerqueira César	Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899
CASA NELSON MANDELA	Bauru	Avenida Lúcio Luciano, Km 231 (SP 225) Bairro Núcleo Residencial Presidente Geisel Bauru / SP - CEP: 17033-530
CASA BOTUCATU	Botucatu	Av. José Ítalo Bacchi, s/nº - Jardim Aeroporto BOTUCATU-SP - CEP: 18606-851

Grupo 07

Local	Município	Endereço
CASA BATATAIS (suspensa)	Batatais	Alameda Antonio Dal Pícolo, nº 500 – Bairro Alto do Cruzeiro – Batatais / SP - CEP 14316-004
CASA SÃO CARLOS	São Carlos	Av. Ayrton Salvador Leopoldino Junior, s/nº loc. 110 - Chácara 048 – Bairro Conjunto Habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho - São Carlos/SP – CEP 13570-829
CASA FRANCA	Franca	Av. Dr. Sidney Romeu de Andrade, s/nº Jardim Marambaia (atrás do Internacional Futebol Club) FRANCA SP - CEP: 14409-652
CASA SERTÃOZINHO	Sertãozinho	Rodovia Carlos Tonani SP 333 Km, 92 Chácara Boa Vista -SERTÃOZINHO-SP CEP:14160-970
CASA TAQUARITINGA (suspensa)	Taquatiringa	Rodovia Carlos Tonani SP 333, Km 140,7 – Estrada Municipal TQR 242, s/nº – Taquaritinga / SP - CEP 15909-899
CASA CÂNDIDO PORTINARI	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto – Km 2 – Zona Rural Ribeirão Preto / SP - CEP: 14034-000
Subsede 2 - DR4	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO- CEP: 14001-970
CASA RIO PARDO	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000

CASA OURO VERDE (suspensa)	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000
CASA RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000
CASA ARARAQUARA	Araraquara	Rua José Gorla, 145 - Condomínio Satélite ARARAQUARA - SP, CEP: 14808-585
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto	Rua Piracicaba, 1.444, Jardim Paulista, Ribeirão, SP, CEP 14090-230.

Grupo 08

Local	Município	Endereço
SUBSEDE 1	Marília	Rodovia SP 333, Km 343 - MARÍLIA/SP CEP: 17500-970
CASA ARAÇÁ	Araçatuba	Estrada do Goulart, Km 1,45 – Bairro Fazenda do Estado - Araçatuba/SP, CEP
CASA ARAÇATUBA	Araçatuba	Estrada do Goulart, s/nº - Bairro Santa Luzia ARAÇATUBA/SP - CEP: 16011-073
CASA MARÍLIA	Marília	Rodovia SP 333, Km 343 - MARÍLIA/SP CEP: 17500-970
CASA RIO DOURADO - LINS / Subsede 1 DR4	Lins	Estrada de Sabino, Km 2 (Rodovia David Eid) Lins/SP CEP: 16400-970
CASA VITORIA REGIA - LINS	Lins	Estrada de Sabino, Km 1,5 (Rodovia David Eid) Lins/SP CEP: 16400-971
Complexo Lins (Manutenção/ Almojarifado/ Subfrota/ Lavanderia)	LINS	Estrada de Sabino, Km 1,5 (Rodovia David Eid) Lins/SP CEP: 16400-972
CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	São José do Rio Preto	Rodovia Delcio Custodio da Silva, Km 3,5 Fazenda São Pedro SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
CASA DE SEMILIBERDADE S.J. RIO PRETO	São José do Rio Preto	Avenida da Saudade, nº 3829 – Vila Santa Cruz São José do Rio Preto/SP – CEP 15014-020
CASA IRAPURU I	Irapuru	Estrada Municipal 3 (IRU), Km 6, Bairro Patury (lado direito), Irapuru/SP, CEP 17880-000
CASA IRAPURU II	Irapuru	Estrada Municipal 3 (IRU) - Km 6 - Bairro Patury (lado direito) IRAPURU/SP - CEP: 17880-000
CASA PRESIDENTE BERNARDES (suspensa)	Presidente Bernardes	Rua João Pesente, 517- Bairro Bela Vista Presidente Bernardes / SP - CEP – 19300-000
CASA MIRASSOL (suspensa)	Mirassol	Estrada Área Rural de Mirassol, s/nº – Zona Rural, Mirassol/SP CEP 15138-899, Caixa Postal 32
CASA TANABI (suspensa)	Tanabi	Rodovia Euclides da Cunha, KM 481+ 100 M, Lado Esquerdo, sentido Tanabi a Votuporanga, Estrada Muniapal TNB 245 - s/nº - TANABI - SP CEP 15170-000



6.15.4. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante;

6.15.5. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

## Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.





### Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por GRUPO e modo de disputa ABERTO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-r/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.25.1.1. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade da área (m²) para os serviços de desinsetização e/ou desratização, correspondentes ao total de cada grupo a ser contratado;

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

#### **Outras comprovações**

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, comprometendo-se a apresentar, **por ocasião da celebração do contrato**, as seguintes comprovações:

a) Licenciamento junto à autoridade sanitária e ambiental competente. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal, está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença;

b) Ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional. A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;

c) Que dispõe de local apropriado para estocagem dos inseticidas, utilizados pelo programa de controle vetorial, armazenamento, manutenção e lavagem de EPIs (luvas e máscaras), assim como para os equipamentos aplicadores. Deverá atender as exigências da regulamentação do transporte de produtos perigosos estabelecida pelo órgão competente do Ministério dos transportes. Preconizado na Portaria Nº 09 – CVS, de 16 de novembro de 2000;

d) Atendimento às disposições legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em relação ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA - NR 9 Portaria 3214/78) considerando as medidas de controle e a necessidade da utilização de EPIs estabelecidas pelo mesmo;

e) Que dispõe de procedimentos normativos de segurança do trabalhador que atendam as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no que se refere a:

- Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Coletivos - EPC, com Certificação de Aprovação;

- Uso de EPIs adequados de acordo com a atividade desenvolvida pelos funcionários no campo;

- Programa de Prevenção a Riscos Ambientais – PPRA, e

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

f) Atendimento às disposições contidas nos seguintes normativos, que disciplinam os serviços em questão de acordo com sua natureza:

- NBR 15584 – Controle de vetores e pragas urbanas (Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas-ABNT), e

- RDC nº 622/2022 – Regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

#### **8.28. Tratando-se de consórcio:**

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. **Tratando-se de cooperativa**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do valor da contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: 9.1 O art. 24 da Lei nº 14.133/2021 concede a discricionariedade para a Administração Pública, desde que justificado, a opção de adotar o caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação, sem prejuízo do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. Não prevalecendo, para tanto os órgãos de controle interno e externo. 9.2 Com fundamento no referido artigo, opta-se pela adoção do caráter sigiloso do orçamento destinado para a contratação, uma vez que tal modalidade possibilita maior atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, como o da competitividade, eficiência e da economicidade, conforme artigo 5º da lei ora mencionada. 9.3 O orçamento estimado com caráter sigiloso gera vantagem econômica no objeto da contratação a ser realizada, uma vez que o preço máximo estimado no procedimento não servirá como parâmetro para os participantes do procedimento licitatório, o que pode gerar economia para o ente público, bem como avaliar a participação de empresas com expertise e capacidade gerencial, inibindo, no futuro, eventual prejuízo na execução contratual. 9.4 O valor referencial obtido, em pesquisa de preços para esta aquisição/serviço está muito superior ao praticado, atualmente, por esta Administração. Desta forma, o custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público em momento posterior à homologação.]

## 10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: SEC. DA JUSTICA E CIDADANIA/FUNDACAO C.A.S.A. – SEDE ADMINISTRACAO 990202

II) Fonte de Recursos: 1.500.1.0.001;

III) Programa de Trabalho: 14.122.1729.5904.0000;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.79.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PEDRO ROMANO DE AGUIRRE**

Diretor Adjunto



*Assinou eletronicamente em 06/02/2026 às 13:51:32.*

ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO

## Estudo Técnico Preliminar 57/2025

### 1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 16100126567/2025-83

### 2. Descrição da necessidade

**Objeto:** Contratação de prestação de serviços de controle de pragas urbanas, abrangendo: desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos. Os serviços serão realizados por meio da operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades necessárias para a sua execução, atendendo os Prédios Administrativos e Centros de Atendimento da Fundação CASA.

Para alcançar suas atividades finalísticas, bem como manter a infraestrutura das áreas-meio, a FUNDAÇÃO CASA conta atualmente com uma ampla rede de centros de atendimento e imóveis próprios públicos, onde funcionam atividades administrativas, operacionais e socioeducativas. Ao todo, são 97 centros ativos e 12 prédios com funções exclusivamente administrativas.

A contratação visa garantir a manutenção do ambiente, promovendo a segurança, salubridade, preservação ambiental e bem-estar dos adolescentes, servidores e demais frequentadores, além de assegurar o cumprimento das normas sanitárias e de saúde pública.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Patrimônio, Logística e Infraestrutura - DPIL	PEDRO ROMANO DE AGUIRRE

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

As empresas contratadas deverão prestar serviços de controle de pragas urbanas, abrangendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos, nos Prédios Administrativos e Centros de Atendimento que compõem as 04 Divisões Regionais da Fundação Casa, de acordo com cada grupo/lote que as incorporam.

Além dos requisitos legais previstos para as contratações públicas, é fundamental que a empresa contratada atue em ramo de atividade compatível com as características do objeto deste contrato. A empresa deve possuir capacidade técnica e operacional para atender à demanda, garantindo que dispõe dos recursos necessários em relação à metragem exigido, logística e periodicidade da execução dos serviços.

Além dos critérios de sustentabilidade, devem ser atendidos os seguintes requisitos:









## 5. Levantamento de Mercado

**SOLUÇÃO 1** – Contratação de empresa terceirizada para a prestação de serviços de controle de vetorização e pragas urbanas.

**SOLUÇÃO 2** – Prestação dos serviços por servidores efetivos da FUNDAÇÃO CASA;

A Fundação CASA não dispõe, em seu quadro de pessoal, de servidores com a qualificação profissional necessária para a execução dos serviços descritos neste estudo, essenciais para o regular desenvolvimento de suas atividades. Além disso, a instituição não possui os equipamentos, ferramentas e EPIs adequados para a realização desses serviços.

No levantamento de mercado, a equipe de planejamento da contratação baseou-se nas práticas do comércio nacional e nas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos semelhantes à Fundação CASA, a fim de identificar a solução mais vantajosa para atender às necessidades administrativas deste estudo.

Constatamos que existem diversas empresas especializadas no mercado, com capacidade de fornecer mão de obra qualificada, materiais, tecnologias e matérias-primas necessárias para a execução dos serviços.

Desse modo, a contratação de uma empresa especializada, opção da SOLUÇÃO 1, apresenta-se como a viável para alcançar os objetivos estabelecidos neste estudo e vai ao encontro das boas práticas adotadas pelo mercado de forma geral.

Em razão da natureza técnica e pontual do objeto do presente contrato, cuja composição de custos é majoritariamente formada por insumos, equipamentos e mão de obra não predominante, e diante da inexistência de convenções ou acordos coletivos específicos que permitam repactuação nos termos do art. 135, II, da Lei nº 14.133 /2021, adota-se como critério de atualização monetária o reajuste anual, conforme art. 136, inciso I, da mesma Lei. Tal procedimento está alinhado às práticas de mercado e à Administração Pública, assegurando previsibilidade, transparência e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual..

## 6. Descrição da solução como um todo

Entre as soluções pesquisadas e as práticas de mercado, foram analisadas as contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e estudos técnicos preliminares, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender de forma mais eficiente às necessidades da Administração. A alternativa mais adequada e vantajosa para atender à Administração consiste na aquisição do objeto deste estudo.

### 6.1 Inspeção Prévia e Procedimentos

Antes do início das aplicações de produtos químicos, como inseticidas líquidos, iscas em gel ou massinhas raticidas, é fundamental a realização de uma inspeção geral no local. Essa etapa tem como objetivo identificar os ciclos vitais e hábitos dos insetos e roedores, permitindo a adoção de estratégias mais eficazes para o controle das pragas.

A inspeção deve ser conduzida por profissionais capacitados, garantindo a escolha adequada dos produtos e métodos a serem empregados, sempre em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

Os serviços deverão ser executados com fornecimento de toda a mão de obra qualificada, equipamentos, materiais e insumos necessários, garantindo a eliminação e o controle eficaz de pragas como insetos rasteiros e alados (baratas, formigas, mosquitos, entre outros), roedores (ratos e camundongos), aracnídeos (aranhas e escorpiões) e demais vetores nocivos à saúde pública.

A empresa contratada deverá possuir todas as licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes, incluindo alvará sanitário e licença ambiental, conforme preconiza a legislação vigente, notadamente a Resolução RDC Nº 622, de 9 de Março de 2022, da ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter o controle de vetores e pragas urbanas, realizando as ações de combate com periodicidade mínima bimestral.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com a Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000, a qual estabelece diretrizes para:

- O método de avaliação técnica a ser realizado;
- A especificação dos vetores e pragas identificados;
- A definição dos tratamentos e produtos (desinfestantes domissanitários ou praguicidas) a serem utilizados;
- Os métodos de aplicação, respeitando a seguinte periodicidade:
  - Desratização, desinsetização e descupinização: Aplicações a cada dois meses e/ou conforme necessidade de cada centro informado neste estudo;
  - Controle de pombos: Aplicações duas vezes por ano e/ou conforme necessidade de cada centro informado neste estudo;

A presente contratação tem como objetivo evitar a contaminação por pragas urbanas e animais transmissores de doenças, uma vez que somente a limpeza e organização não são suficientes para impedir infestações.

O controle adequado é essencial para a saúde e o bem-estar dos ocupantes das instalações da Fundação CASA, pois pragas como insetos, roedores e pombos podem representar riscos sanitários significativos. O serviço contratado visa eliminar por completo esses vetores, bem como seus ovos e resíduos, garantindo um ambiente seguro e higienizado.

Os serviços deverão ser prestados em horários que não interfiram na rotina das unidades atendidas. O agendamento deve ser realizado com o responsável de cada prédio, assegurando que:

- As informações e instruções sobre os produtos utilizados sejam apresentadas previamente;
- Sejam especificadas as formas de aplicação, contraindicações e eventuais necessidades de isolamento de áreas durante o procedimento;
- Todas as normas de segurança sejam rigorosamente cumpridas.

Os serviços objeto desta contratação são enquadrados como serviços contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em razão de sua periodicidade e da forma de execução.

A prorrogação do contrato poderá ocorrer desde que devidamente justificada, respeitando o prazo necessário para a conclusão do objeto, conforme as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

## 6.2 Da Prestação de Serviços

**6.2.1.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com a Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000, contendo o método de avaliação técnica a ser efetuada, especificação dos vetores e pragas identificados, definição dos tratamentos e dos desinfestantes domissanitários ou praguicidas a serem utilizados, e seus métodos de aplicação.

**6.2.2.** A aplicação deverá ser efetuada em toda área externa, num raio de no mínimo 10 (dez) metros ao redor da construção, com averiguação de todo o ambiente e, quando necessário, aplicação de reforço, sem ônus para a CONTRATANTE.

**6.2.3.** O fornecimento e aplicação dos produtos necessários para a execução do serviço serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**6.2.4.** A empresa deverá nomear um responsável, pela execução dos serviços, que acompanhará todos os procedimentos. A **CONTRATADA** deverá possuir manual de procedimentos, visando o cumprimento das boas práticas operacionais, que contemple todas as etapas envolvidas no desenvolvimento de sua atividade, e deve estar disponível a todos os seus funcionários.

**6.2.5.** Após a aplicação do(s) produto(s) a **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer Certificado, assinado pelo responsável técnico, do qual conste o nome e a composição qualitativa do produto ou associação utilizada, as proporções e a quantidade total empregada por área, bem como as instruções para a prevenção ou para o caso de ocorrência de acidente.

**6.2.6.** A **CONTRATADA** deverá possuir manual de procedimentos, visando o cumprimento das boas práticas operacionais, que contemple todas as etapas envolvidas no desenvolvimento de sua atividade, devendo estar disponível a todos os seus funcionários, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física.

**6.2.7.** Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** otimizar a gestão de seus recursos, quer humanos, quer materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da **CONTRATANTE**.

**6.2.8.** A **CONTRATADA** deverá garantir a eficácia do serviço realizado em relação aos locais indicados no subitem 3. e 3.1 pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses contados da data de emissão do Certificado de Garantia, ficando as suas expensas toda e qualquer despesa em caso de reaplicação do(s) produto(s) dentro do período garantido.

**6.2.9.** Durante a vigência do prazo contratual, a **CONTRATADA** deverá manter o controle de vetores e pragas urbanas, cujas ações serão empregadas com periodicidade mínima mensal, conforme prevê o inc. II do art. 4º da Resolução - RDC n.º 52, de 22/10/09.

**6.2.10. DESINSETIZAÇÃO** – aplicação de produto incolor, inodoro e inofensivo à saúde humana e eficaz ao combate, extermínio e controle de insetos rasteiros e aracnídeos, nas áreas internas e externas dos edifícios.

**6.2.11. DESRATIZAÇÃO** – aplicação de produto para combate, extermínio e controle de ratos, nas áreas internas e externas das Unidades da **CONTRATANTE**. Caso utilizadas iscas, não é permitida utilização de substâncias aromatizantes ou outros atrativos associados às iscas que possibilitem que os produtos sejam confundidos com alimentos.

**6.2.12. DESCUPINIZAÇÃO** – aplicação de produto para combate, extermínio e controle de cupins, nas áreas internas e externas dos edifícios da **CONTRATANTE**.

**6.2.13. CONTROLE DE POMBOS:** O serviço consistirá no monitoramento e controle de infestação de pombos junto aos parapeitos e grades das janelas, beirais, marquises e saliências das paredes, vidros e escadarias externas, usando nas barreiras físicas espículas, telas de contenção e/ou gel. Além de realizar raspagem das fezes, retirada de ninhos com ovos e desinsetização contra piolhos.

**6.2.14.** A **CONTRATADA** deverá contar com pessoal habilitado para a realização dos serviços fornecendo todos os Equipamentos de Proteção Individuais e Coletivos necessários à execução dos serviços, de acordo com o estabelecido na RDC nº 18, de 29/02/2000 e Portaria CVS nº 9, de 16/11/2000.

### **6.3 DOS PRODUTOS DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS**

**6.3.1.** A **CONTRATADA** somente poderá utilizar produtos desinfestantes domissanitários com registro junto ao órgão competente do Ministério da Saúde, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo as legislações pertinentes.



j) Garantir que seus funcionários estejam devidamente uniformizados e identificados com crachá da empresa, além de treinados e qualificados para a fiel execução contratual.

k) Proceder à AVALIAÇÃO MÉDICO-SANITÁRIA de seus funcionários, nos termos das normas em vigor, de forma a manter no local de trabalho pessoal com padrão e condição de saúde adequados ao desempenho do serviço, apresentando, quando solicitados, os laudos dos exames de saúde de seus empregados;

l) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.

m) Dispor de pessoal necessário para garantir a execução do objeto no regime desta contratação sem interrupção da prestação dos serviços.

n) Apresentar Relatório Mensal dos Serviços juntamente com a(s) notas(s) fiscal(is) do mês referenciado, informando, discriminadamente:

- Locais, datas e horários de início e conclusão das tarefas, atestando o cumprimento dos prazos previstos no Cronograma Físico de trabalho;

o) Apresentar registros visuais antes e após a conclusão dos serviços;

p) Apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis antes de iniciar efetivamente um período semestral de execução, CRONOGRAMA FÍSICO das tarefas que realizará ao longo do mesmo, consoante este Termo de Referência, para aprovação do Gestor do Contrato, informando: os locais que serão atendidos, a data do último serviço e a data prevista para a aplicação subsequente;

q) É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão, a CONTRATADA deverá, de acordo com as normas de SEGURANÇA, MEDICINA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO:

- Cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, o regulamento interno do Contratante;
- Prover seus empregados com Equipamentos de Proteção Individual - EPIs recomendados pela legislação, em especial a Norma do Ministério do Trabalho e Emprego nº 6 (Equipamentos de Proteção Individual), regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Apresentar ao Contratante, por escrito, antes do início dos serviços, os EPIs que serão utilizados nos locais onde o funcionário estará exposto a possíveis riscos de acidente.

O fornecimento do objeto deverá ocorrer nas localidades abaixo indicadas, somente nos dias úteis, em horário compatível com as atividades locais, a ser definido no Termo de Referência.

De acordo com os municípios dos locais da execução dos serviços deverá ser emitida nota fiscal para remuneração dos trabalhos.

## 6.6 FISCALIZAÇÃO

Será designado servidor encarregado de acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços, devendo, para tanto, cumprir a Portaria Normativa 508/2025 .

Caberá ao fiscal, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos e providenciar o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados.

A fiscalização da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados.

Os serviços deverão ser executados nas dependências relacionadas abaixo:

**DIVISÃO REGIONAL METROPOLITANA CAPITAL - DRCAP**

## Grupo 01 - DRCAP

Local	Município	Endereço
DPIL	São Paulo	Rua Izidoro Matheus, 316, Vila Maria , São Paulo-SP CEP 02112-0004
Antigo CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	São Paulo	Avenida do Estado, 2001, bairro Pari, São Paulo /SP – CEP: 01107-00.
CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	São Paulo	Rua Síria, 582, Parque São Jorge, São Paulo - SP - CEP 03056-040
CASA DE SEMILIBERDADE ARARE	São Paulo	Rua dos Buritis, nº 694, Jardim Oriental, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.321-002 São Paulo/SP – CEP 04319-020
CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS	São Paulo	Rua Caetanos nº 135 – Vila Regente Feijó – Água Rasa - São Paulo/SP – CEP 03335-010
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	São Paulo	Rua Abará, nº 80 – Jardim das Acácias – Brooklin São Paulo/SP – CEP 04707-040
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I (suspensa)	Ferraz de Vasconcelos	Rua Manoel Sebastião, nº 810 – Chácara Guaio Ferraz de Vasconcelos / SP - CEP 08512-000
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II (suspensa)	Ferraz de Vasconcelos	Rua Manuel Sebastião, nº 808 – Chácara Guaio – Ferraz de Vasconcelos / SP - CEP 08512-000
CASAS NOVA VIDA E PAULISTA	São Paulo	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - VILA MARIA São Paulo/SP- CEP 02170-000
CASAS OURO PRETO E JOÃO DO PULO	São Paulo	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4210 - VILA MARIA São Paulo/SP CEP 02170-000
CASA PIRITUBA	São Paulo	Rua Stefano Mauser, 661 – Chácara Paraíso – Pirituba – São Paulo – SP – CEP: 05175-200
CAIP SÃO FRANCISCO	São Paulo	Avenida Dra. Ruth Cardoso, 1233 - Vila Leopoldina, São Paulo - SP, 05310-000







CASA OSASCO I e OSASCO II	Osasco	altura do KM 21,5 da Rodovia Raposo Tavares Osasco SP - CEP 06149-070
---------------------------	--------	--

Grupo 03

Local	Município	Endereço
CASA Vila de São Vicente	São Vicente	Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, s/nº - Km 67 - Jardim Samaritã - São Vicente - SP - CEP 11346-300
CASA / CAI Guarujá e Almoxarifado DRL	Guarujá	Avenida Adhemar de Barros, nº 571 - Vila Santo Antônio - Guarujá - SP - CEP 11430-000
CASA Itanhaém (Suspenso)	Itanhaém	Estrada Coronel Joaquim Branco, nº 3787 - Jardim Aguapeú - Itanhaém - SP - CEP 11740- 000
CASA Mongaguá	Mongaguá	Avenida dos Mariscos, s/nº - Balneário Cavalo Marinho - Mongaguá - SP - CEP 11730-000
CASA Peruíbe	Peruíbe	Rua Dois, nº 141 - Estância Pérola Negra - Peruíbe - SP - CEP 11773-812
CASA Praia Grande I	Praia Grande	Rua Cinco, nº 21 - Ribeirópolis - Praia Grande - SP - CEP 11714-110
CASA Praia Grande II	Praia Grande	Rua Couto de Magalhães, nº 16 - Ribeirópolis - Praia Grande - SP - CEP 11714-290

CASA Santos (Suspenso)	Santos	Rodovia Rio-Santos, Km 0 + 900 metros - Monte Cabrão Santos - SP - CEP: 11220-000
Subsede Litoral	Guarujá	Avenida Adhemar de Barros, nº 571 - Vila Santo Antônio - Guarujá - SP - CEP 11430-000

Grupo 04

Local	Município	Endereço
CASA SOROCABA I	Sorocaba	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP CEP 18087-210
CASA SOROCABA II	Sorocaba	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 550/560 - Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP CEP 18087-210
CASA SOROCABA III	Sorocaba	Avenida Doutor Antônio de Souza Netto, 570 – Bairro Aparecidinha – Sorocaba / SP - CEP 18087-210
CASA SOROCABA IV	Sorocaba	Avenida Doutor Antonio de Souza Netto, 200 Bairro Aparecidinha - SOROCABA SP CEP: 18087-210
CASA ESPERANÇA	Itapetininga	Rodovia Gladys Bernardes Minhoto - SP 129 Km 63 - Vila Belo Horizonte ITAPETININGA/SP - CEP: 18211-265

**DIVISÃO REGIONAL CAMPINAS E VALE DO PARAÍBA – DR3**

Grupo 05

Local	Município	Endereço
CASA DE SEMILIBERDADE	Jundiaí	Avenida Samuel Martins, 80 – Vila Progresso

JUNDIAÍ		Jundiaí / SP – CEP 13202-251
CASA Jundiaí - Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (Suspensa)	Jundiaí	Rua Rodovia Vereador Geraldo Dias, Km 74, Bairro Corrupira, Jundiaí / SP - CEP 13214-830
SEDE DR3 Campinas	Campinas	Av. Brasil nº 2340, Jardim Chapadão, Campinas – SP, CEP 13070-178.
CAIP ANDORINHAS	Campinas	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin, Campinas/SP, CEP 13069-096
CASA MAESTRO CARLOS GOMES	Campinas	Avenida Comendador Aladino Selmi, s/nº - Vila San Martin - Campinas / SP CEP 13069-096
CASA CAMPINAS	Campinas	Av. Comendador Aladino Selmi, s/nº, Vila San Martin - Campinas/SP CEP 13069-096
CASA JEQUITIBA (suspensa)	Campinas	Rua Francisco Antonio da Silva nº 40 - Jardim São Vicente - Campinas - SP, CEP 13045-025
CASA RIO PIRACICABA	Piracicaba	Rodovia SP 147 Km 138,5 - Bairro Vila Areão Piracicaba / SP - CEP 13414-020
CASA LARANJEIRAS	Mogi Mirim	Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970
CASA MOGI MIRIM	Mogi Mirim	Rodovia Wilson Finardi SP 191 Km 7 + 817 metros Mogi Mirim / SP - CEP 13800-970
CASA LIMEIRA	Limeira	Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170
CASA MORRO AZUL	Limeira	Rodovia Anhanguera – SP 330 – Km 138 – Jardim Olga Veroni - Limeira/SP - CEP 13487-170
SADRM C E ALMOXARIFADO – FRANCO DA ROCHA	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
UAISA/DRMC -FRANCO DA ROCHA	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
CAIP JACARANDÁ	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-340
CASA MANACÁ DA SERRA	Franco Da Rocha	Rua Marcus Vinicius Donadel Góes, nº 100 Franco da Rocha/SP - CEP 07859-380
CASA NOVO TEMPO	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº - Pouso Alegre Franco da Rocha / SP CEP 07859-340
CASA RIO NEGRO (Suspensa)	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre Franco da Rocha / SP - CEP 07859-3
CASA TAPAJÓS	Franco Da Rocha	Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre FRANCO DA ROCHA / SP CEP 07859-340
CASA E.RIO CLARO	Rio Claro	Rodovia SP 191, Km 79,5 – Rio Claro / SP

## DIVISÃO REGIONAL INTERIOR - DR4

## Grupo 06

Local	Município	Endereço
Sede DR4 + UAISA + Almocharifado/Subfrota	Iaras	Praça da Monção, nº 673 - Centro - Iaras/SP – CEP 18775-021
CASA MADRE TEREZA I (suspensa)	Iaras	Estrada Vicinal Dr. Jair Gilberto Campanati, Km 4, Iaras / SP, CEP 18779-899
CASA MADRE TEREZA II (suspensa)	Iaras	Estrada Vicinal Dr. Jair Gilberto Campanati, Km 4, Iaras / SP, CEP 18779-899
CASA RIO NOVO (suspensa)	Iaras	Estrada Vicinal Jair Gilberto Campanatti, Km 2, Iaras/SP - CEP 18779-899
CASA TRÊS RIOS - IARAS	Iaras	Estrada Vicinal Jair Gilberto Campana , Km 2 - Iaras/ SP - CEP 18779-899.
CASA BAURU	Bauru	Av. Lucio Luciano, Km 231 - Núcleo Residencial Presidente Geisel BAURU/SP - CEP: 17033-530
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	Bauru	Rua Princesa Isabel, 10-46 - Jd.Bela Vista BAURU/SP - CEP: 17060-490
CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	Cerqueira César	Rodovia Salim Antônio Curiati - Km 21+500 m – SP 245 – Cerqueira César/SP - CEP 18769-899
CASA FEMININO DE CERQUEIRA CESAR	Cerqueria César	Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899
CASA JOÃO PAULO II	Cerqueira César	Rodovia Salim Antônio Curiati – Km 21+500 m – SP 245 - Cerqueira César/SP - CEP 18769-899
CASA NELSON MANDELA	Bauru	Avenida Lúcio Luciano, Km 231 (SP 225) Bairro Núcleo Residencial Presidente Geisel Bauru / SP - CEP: 17033-530

CASA BOTUCATU	Botucatu	Av. José Ítalo Bacchi, s/nº - Jardim Aeroporto BOTUCATU-SP - CEP: 18606-851
---------------	----------	--

Grupo 07

Local	Município	Endereço
CASA BATATAIS (suspensa)	Batatais	Alameda Antonio Dal Pícolo, nº 500 – Bairro Alto do Cruzeiro – Batatais / SP - CEP 14316-004
CASA SÃO CARLOS	São Carlos	Av. Ayrton Salvador Leopoldino Junior, s/nº loc. 110 - Chácara 048 – Bairro Conjunto Habitacional Waldomiro Lobbe Sobrinho - São Carlos/SP – CEP 13570-829
CASA FRANCA	Franca	Av. Dr. Sidney Romeu de Andrade, s/nº Jardim Marambaia (atrás do Internacional Futebol Club) FRANCA SP - CEP: 14409-652
CASA SERTÃOZINHO	Sertãozinho	Rodovia Carlos Tonani SP 333 Km, 92 Chácara Boa Vista -SERTÃOZINHO-SP CEP: 14160-970
CASA TAQUARITINGA (suspensa)	Taquaritinga	Rodovia Carlos Tonani SP 333, Km 140,7 – Estrada Municipal TQR 242, s/nº – Taquaritinga / SP - CEP 15909-899
CASA CÂNDIDO PORTINARI	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto – Km 2 – Zona Rural Ribeirão Preto / SP - CEP: 14034-000
Subsede 2 - DR4	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO- CEP: 14001-970
CASA RIO PARDO	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000
CASA OURO VERDE (suspensa)	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 - Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000

CASA RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto	Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, Km 2 Zona Rural - RIBEIRÃO PRETO - SP CEP: 14034-000
CASA ARARAQUARA	Araraquara	Rua José Gorla, 145 - Condomínio Satélite ARARAQUARA - SP, CEP: 14808-585
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto	Rua Piracicaba, 1.444, Jardim Paulista, Ribeirão, SP, CEP 14090-230.

Grupo 08

Local	Município	Endereço
SUBSEDE 1	Marília	Rodovia SP 333, Km 343 - MARÍLIA/SP CEP: 17500-970
CASA ARAÇÁ	Araçatuba	Estrada do Goulart, Km 1,45 – Bairro Fazenda do Estado - Araçatuba/SP, CEP
CASA ARAÇATUBA	Araçatuba	Estrada do Goulart, s/nº - Bairro Santa Luzia ARAÇATUBA/SP - CEP: 16011-073
CASA MARÍLIA	Marília	Rodovia SP 333, Km 343 - MARÍLIA/SP CEP: 17500-970
CASA RIO DOURADO - LINS / Subsede 1 DR4	Lins	Estrada de Sabino, Km 2 (Rodovia David Eid) Lins/SP CEP: 16400-970
CASA VITORIA REGIA - LINS	Lins	Estrada de Sabino, Km 1,5 (Rodovia David Eid) Lins/SP CEP: 16400-971
Complexo Lins (Manutenção/ Almoxarifado/ Subfrota/ Lavanderia)	LINS	Estrada de Sabino, Km 1,5 (Rodovia David Eid) Lins/SP CEP: 16400-972
CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	São José do Rio Preto	Rodovia Delcio Custodio da Silva, Km 3,5 Fazenda São Pedro SÃO JOSÉ DO RIO PRETO /SP

CASA DE SEMILIBERDADE S. J. RIO PRETO	São José do Rio Preto	Avenida da Saudade, nº 3829 – Vila Santa Cruz São José do Rio Preto/SP – CEP 15014-020
CASA IRAPURU I	Irapuru	Estrada Municipal 3 (IRU), Km 6, Bairro Patury (lado direito), Irapuru/SP, CEP 17880-000
CASA IRAPURU II	Irapuru	Estrada Municipal 3 (IRU) - Km 6 - Bairro Patury (lado direito) IRAPURU/SP - CEP: 17880-000
CASA PRESIDENTE BERNARDES (suspensa)	Presidente Bernardes	Rua João Pesente, 517- Bairro Bela Vista Presidente Bernardes / SP - CEP – 19300-000
CASA MIRASSOL (suspensa)	Mirassol	Estrada Área Rural de Mirassol, s/nº – Zona Rural, Mirassol/SP - CEP 15138-899, Caixa Postal 32
CASA TANABI (suspensa)	Tanabi	Rodovia Euclides da Cunha, KM 481+ 100 M, Lado Esquerdo, sentido Tanabi a Votuporanga, Estrada Municipapal TNB 245 - s/nº - TANABI - SP CEP 15170-000

#### 6.7 Vigência do Contrato:

A vigência do Contrato será de 15 (quinze) meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data da primeira ORDEM DE INÍCIO expedida pela CONTRATANTE. As ordens de início serão escalonadas.

#### CRONOGRAMA – ORDENS DE INÍCIO:

### DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO

#### DIVISÃO REGIONAL METROPOLITANA CAPITAL – DRCAP

##### Grupo 01

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
DPIL	6.987,00	7	48.909,0	2	13.974	A ser definida pela Contratante
Antigo CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	834,00	7	5.838,0	2	1.668	A ser definida pela Contratante
CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	359,00	7	2.513,0	2	718	A ser definida pela Contratante



CASA DE SEMILIBERDADE ARARE	288,00	7	2.016,0	2	576	A ser definida pela Contratante
CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS	264,00	7	1.848,0	2	528	A ser definida pela Contratante
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	253,00	7	1.771,0	2	506	A ser definida pela Contratante
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I (suspensa)	2.782,00	3	8.346,0	2	5.564	A ser definida pela Contratante
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II (suspensa)	2.782,00	3	8.346,0	2	5.564	A ser definida pela Contratante
CASAS NOVA VIDA E PAULISTA	2.782,00	7	19.474,0	2	5.564	A ser definida pela Contratante
CASAS OURO PRETO E JOÃO DO PULO	2.733,00	7	19.131,0	2	5.466	A ser definida pela Contratante
CASA PIRITUBA	1.880,00	7	13.160,0	2	3.760	A ser definida pela Contratante
CAIP SÃO FRANCISCO	3.311,00	7	23.177,0	2	6.622	A ser definida pela Contratante
COMPLEXO RAPOSO TAVARES – CASAS: ARPOADOR, CEDRO, NOVA ALIANÇA, IPÊ, NOVA AROEIRA, UAISA RAP., LAVANDERIA, PRÉDIO REGIONAL, PORTARIAS CENTROS E PORTARIA 02	13.355,00	7	93.485,0	2	26.710	A ser definida pela Contratante
EDIFICAÇÃO						

EXTINTA DRMNO, ALMOXARIFADO E EXTINTA LAVANDERIA	8.616,00	7	60.312,0	2	17.232	A ser definida pela Contratante
CAIP RUTH PISTORI	2.046,00	7	14.322,0	2	4.092	A ser definida pela Contratante
CASA CHIQUNHA GONZAGA	2.370,00	7	16.590,0	2	4.740	A ser definida pela Contratante
CASA ITAQUERA	3.577,00	7	25.039,0	2	7.154	A ser definida pela Contratante
CASA DE SEMILIBERDADE URAI - ZONA LESTE	377,00	7	2.639,0	2	754	A ser definida pela Contratante
Divisão Regional Metropolitana CAPITAL – Áreas internas e externas	6.835,00	7	47.845,0	2	13.670	A ser definida pela Contratante
FARMÁCIA	182,00	7	1.274,0	2	364	A ser definida pela Contratante
COMPLEXO 450 VILA MARIA – CASAS: GOV MARIO COVAS, BELA VISTA, VILA GUILHERME, ONIX, SÃO PAULO, UAISA	5.096,00	7	35.672,0	2	10.192	A ser definida pela Contratante
CASA ITAPARICA	3.371,00	7	23.597,0	2	6.742	A ser definida pela Contratante
CASA JUQUIÁ	2.327,00	7	16.289,0	2	4.654	A ser definida pela Contratante
CASA RIO PARANÁ	4.770,00	7	33.390,0	2	9.540	A ser definida pela Contratante



CASA OSASCO II	2.483,00	3	7.449,0	2	4.966,0	
----------------	----------	---	---------	---	---------	--

Grupo 03

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
CASA Vila de São Vicente	3.300,00	2	6.600,0	1	3.300,0	19/04/2026
CASA / CAI Guarujá e Almoxarifado DRL	3.817,00	2	7.634,0	1	3.817,0	19/04/2026
CASA Itanhaém (Suspensão)	2.185,00	2	4.370,0	1	2.185,0	19/04/2026
CASA Mongaguá	2.483,00	2	4.966,0	1	2.483,0	19/04/2026
CASA Peruíbe	2.483,00	2	4.966,0	1	2.483,0	19/04/2026
CASA Praia Grande I	2.416,00	2	4.832,0	1	2.416,0	19/04/2026
CASA Praia Grande II	2.416,00	2	4.832,0	1	2.416,0	19/04/2026

CASA Santos (Suspendo)	2.500,00	2	5.000,0	1	2.500,0	19/04/2026
Subsede Litoral	360,00	2	720,0	1	360,0	19/04/2026

Grupo 04

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
CASA SOROCABA I	2.483,00	3	7.449,0	2	4.966,0	A ser definida pela Contratante
CASA SOROCABA II	2.483,00	3	7.449,0	2	4.966,0	
CASA SOROCABA III	2.363,00	3	7.089,0	2	4.726,0	
CASA SOROCABA IV	1.136,00	3	3.408,0	2	2.272,0	
CASA ESPERANÇA	2.483,00	3	7.449,0	2	4.966,0	

DIVISÃO REGIONAL CAMPINAS E VALE DO PARAÍBA – DR3

Grupo 05

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
CASA DE SEMILIBERDADE JUNDIAÍ	606,00	3	1.818	2	1.212	
CASA Jundiaí						

- Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (Suspensa)	2.690,50	3	8.072	2	5.381	A ser definida pela Contratante
SEDE DR3 Campinas	1.700,00	2	3.400	1	1.700	
CAIP ANDORINHAS	2.483,00	2	4.966	1	2.483	
CASA MAESTRO CARLOS GOMES	2.500,00	2	5.000	1	2.500	
CASA CAMPINAS	2.483,00	2	4.966	1	2.483	
CASA JEQUITIBA (suspensa)	1.890,00	2	3.780	1	1.890	
CASA RIO PIRACICABA	6.246,00	2	12.492	1	6.246	
CASA LARANJEIRAS	2.593,00	2	5.186	1	2.593	
CASA MOGI MIRIM	2.593,00	2	5.186	1	2.593	
CASA LIMEIRA	2.483,00	2	4.966	1	2.483	
CASA MORRO AZUL	2.483,00	2	4.966	1	2.483	
SADRM C E ALMOXARIFADO – FRANCO DA ROCHA	1.641,00	3	4.923	2	3.282	
COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	1.127,00	3	3.381	2	2.254	
UAISA/DRMC - FRANCO DA ROCHA	352,00	3	1.056	2	704	
CAIP JACARANDÁ	1.364,00	3	4.092	2	2.728	
CASA MANACÁ DA SERRA	1.157,00	3	3.471	2	2.314	
CASA NOVO TEMPO	2.691,00	3	8.073	2	5.382	
CASA RIO NEGRO (Suspensa)	1.307,00	3	3.921	2	2.614	
CASA TAPAJÓS	1.258,00	3	3.774	2	2.516	
CASA E.RIO						

CLARO (suspensa)	2.402,00	2	4.804	1	2.402	
---------------------	----------	---	-------	---	-------	--

### DIVISÃO REGIONAL INTERIOR - DR4

Grupo 06

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
Sede DR4 + UAISA + Almoxarifado /Subfrota	2.011,00	3	6.033,0	2	4.022	A ser definida pela Contratante
CASA MADRE TEREZA I (suspensa)	4.965,00	3	14.895,0	2	9.930	
CASA MADRE TEREZA II (suspensa)	4.965,00	3	14.895,0	2	9.930	
CASA RIO NOVO (suspensa)	9.935,00	3	29.805,0	2	19.870	
CASA TRÊS RIOS - IARAS	11.700,00	3	35.100,0	2	23.400	
CASA BAURU	16.320,00	3	48.960,0	2	32.640	
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	559,00	3	1.677,0	2	1.118	
CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	2.417,00	3	7.251,0	2	4.834	
CASA FEMININO DE CERQUEIRA CESAR	2.683,00	3	8.049,0	2	5.366	
CASA JOÃO PAULO II	2.683,00	3	8.049,0	2	5.366	
CASA NELSON MANDELA	2.683,00	3	8.049,0	2	5.366	

CASA BOTUCATU	2.417,00	3	7.251,0	2	4.834
---------------	----------	---	---------	---	-------

Grupo 07

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
CASA BATATAIS (suspensa)	2.718,00	3	8.154,0	2	5.436	A ser definida pela Contratante
CASA SÃO CARLOS	2.483,00	3	7.449,0	2	4.966	
CASA FRANCA	3.929,00	3	11.787,0	2	7.858	
CASA SERTÃOZINHO	1.929,00	3	5.787,0	2	3.858	
CASA TAQUARITINGA (suspensa)	2.452,00	3	7.356,0	2	4.904	
CASA CÂNDIDO PORTINARI	2.483,00	3	7.449,0	2	4.966	
Subsede 2 - DR4	16.396,00	3	49.188,0	2	32.792	
CASA RIO PARDO	2.308,00	3	6.924,0	2	4.616	
CASA OURO VERDE (suspensa)	2.308,00	3	6.924,0	2	4.616	



CASA RIBEIRÃO PRETO	7.109,00	3	21.327,0	2	14.218
CASA ARARAQUARA	1.936,00	3	5.808,0	2	3.872
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRÃO PRETO	376,00	3	1.128,0	2	752

Grupo 08

Local	Qnt m²	Desinsetização e Desratização	Total m² aplicado	Descupinização	Total m² aplicado	Ordem de Início
SUBSEDE 1	728	3	2.184,0	2	1.456	A ser definida pela Contratante
CASA ARAÇÁ	1.926,00	3	5.778,0	2	3.852	
CASA ARAÇATUBA	2.482,00	3	7.446,0	2	4.964	
CASA MARÍLIA	2.659,00	3	7.977,0	2	5.318	
CASA RIO DOURADO - LINS / Subsede 1 DR4	4.611,00	3	13.833,0	2	9.222	
CASA VITORIA REGIA - LINS	1.960,00	3	5.880,0	2	3.920	
Complexo Lins (Manutenção/ Almojarifado/ Subfrota/ Lavanderia)	2.241,00	3	6.723,0	2	4.482	

CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2.003,00	3	6.009,0	2	4.006
CASA DE SEMILIBERDADE S.J. RIO PRETO	376,00	3	1.128,0	2	752
CASA IRAPURU I	2.482,38	3	7.447,1	2	4.965
CASA IRAPURU II	2.482,38	3	7.447,1	2	4.965
CASA PRESIDENTE BERNARDES (suspensa)	4.208,00	3	12.624,0	2	8.416
CASA MIRASSOL (suspensa)	2.482,00	3	7.446,0	2	4.964
CASA TANABI (suspensa)	2.482,00	3	7.446,0	2	4.964

### CONTROLE DE POMBOS

#### DIVISÃO REGIONAL METROPOLITANA CAPITAL – DRCAP

##### Grupo 01

Local	Qnt m²	Locais para aplicação de controle de pombos	Controle Pombos	Ordem de Início
DPIL	6.987,00	Telhado, galpoes, perimetral	3	
CASA ITAQUERA	3.577,00	telhado cozinha da contratada, prédio administrativo desativado	3	



CASA OSASCO II	2.483,00	dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	3,0	
----------------	----------	--	-----	--

Grupo 03

Local	Qnt m²	Locais para aplicação de controle de pombos	Controle Pombos	Ordem de Início
CASA Vila de São Vicente	3.300,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	2,0	19/04/2026
CASA / CAI Guarujá e Almoxarifado DRL	3.817,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	2,0	19/04/2026
CASA Itanhaém (Suspenso)	2.185,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	2,0	19/04/2026
CASA Mongaguá	2.483,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	2,0	19/04/2026
CASA Peruíbe	2.483,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	2,0	19/04/2026
CASA Praia Grande I	2.416,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço.	2,0	19/04/2026
CASA Praia Grande II	2.416,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado	2,0	19/04/2026



# DIVISÃO REGIONAL INTERIOR - DR4

## Grupo 06

Local	Qnt m²	Locais para aplicação de controle de pombos	Controle Pombos	Ordem de Início
CASA BAURU	16.320,00	Cozinha, Lavanderia e área perimetral (entre o CIP e muralha de divisa com o Casa Nelson Mandela)	3	A ser definida pela Contratante
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	559,00	Setor Administrativo, Lavanderia, telhado do piso superior e inferior	3	
CASA NELSON MANDELA	2.683,00	Garagem, cozinha, jardim interno, área externa do setor administrativo, quadra esportiva (telhado e laterais), janelas dos dormitórios e refeitório no térreo	3	
CASA BOTUCATU	2.417,00	Garagem, cozinha, jardim interno, área externa do setor administrativo, quadra esportiva (telhado e laterais), janelas dos dormitórios e refeitório no térreo	3	

## Grupo 07

Local	Qnt m²	Locais para aplicação de controle de pombos	Controle Pombos	Ordem de Início
CASA BATATAIS (suspensa)	2.718,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
CASA SÃO CARLOS	2.483,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
CASA FRANCA	3.929,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e	4	

		janelas de todas as edificações do espaço		A ser definida pela Contratante
CASA SERTÃOZINHO	1.929,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
CASA TAQUARITINGA (suspensa)	2.452,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
CASA CÂNDIDO PORTINARI	2.483,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
Subsede 2 - DR4	16.396,00	Área poliesportiva, pavilhões 1 e 2, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, almoxarifado, galpões da manutenção, refeitório, arquivo morto, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço.	4	
CASA RIO PARDO	2.308,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
CASA OURO VERDE (suspensa)	2.308,00	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço	4	
		Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado		









GRUPO 04	Controle Pragas	70866	15	32.844
GRUPO 05	Controle Pragas	70866	52	102.292,50
GRUPO 06	Controle Pragas	70866	36	190.014
GRUPO 07	Controle Pragas	70866	36	139.281
GRUPO 08	Controle Pragas	70866	42	99.368

#### DES RATIZAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SI AFÍSICO	Desratização	Quantidades m²
GRUPO 01	Controle Pragas	70874	216	736.481
GRUPO 02	Controle Pragas	70874	6	14.898
GRUPO 03	Controle Pragas	70874	18	43.920
GRUPO 04	Controle Pragas	70874	15	32.844
GRUPO 05	Controle Pragas	70874	52	102.292,50
GRUPO 06	Controle Pragas	70874	36	190.014
GRUPO 07	Controle Pragas	70874	36	139.281
GRUPO 08	Controle Pragas	70874	42	99.368

#### DESCUPINIZAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SI AFÍSICO	Descupinização	Quantidades m²
------	---------------	------------	----------------	----------------

GRUPO 01	Controle Pragas	70882	64	216.782
GRUPO 02	Controle Pragas	70882	4	9.932
GRUPO 03	Controle Pragas	70882	9	21.960
GRUPO 04	Controle Pragas	70882	10	21.896
GRUPO 05	Controle Pragas	70882	31	58.243
GRUPO 06	Controle Pragas	70882	24	126.676
GRUPO 07	Controle Pragas	70882	24	92.854
GRUPO 08	Controle Pragas	70882	28	66.246

CONTROLE DE POMBOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFÍSICO	Controle Pombos Unitário	Quantidades m²
GRUPO 01	Controle Pragas	183270	36	156.255
GRUPO 02	Controle Pragas	183270	6	14.898
GRUPO 03	Controle Pragas	183270	18	43.920
GRUPO 04	Controle Pragas	183270	15	32.844
GRUPO 06	Controle Pragas	183270	12	65.937
GRUPO 07	Controle Pragas	183270	48	185.708

GRUPO 08	Controle Pragas	183270	42	99.368
----------	-----------------	--------	----	--------

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021 e nas justificativas abaixo: A opção pelo orçamento sigiloso levou em conta a busca pela proposta mais vantajosa. A divulgação dos valores unitários dificulta a negociação com fornecedores, que acabam cotando pelo preço máximo apurado, reduzindo a efetiva participação na fase de disputa entre os licitantes. Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso busca aumentar a assertividade da Administração na escolha da empresa contratada, garantindo que, ao considerar os riscos e a complexidade dos serviços, ela apresente uma proposta condizente com sua realidade e com capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.]

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Fundação CASA/SP instituiu, por meio da Portaria Normativa nº 501/2025, o Comitê de Governança e Gestão de Contratações - CGGC, colegiado responsável por coordenar a governança de suas contratações. Nesse sentido, foram estabelecidos novos critérios para a distribuição dos contratos de prestação de serviços nos diversos centros de atendimento e unidades administrativas atualmente mantidos no território estadual, a saber:

Na perspectiva de uma mudança de paradigma no planejamento das contratações para a FUNDAÇÃO CASA, bem como em alinhamento com as novas diretrizes trazidas pela Lei Federal nº14.133/21, foi redesenhada a estratégia de construção dos artefatos para as licitações, estudos dos objetos a serem licitados, e área de abrangência dos contratos a serem firmados.

### Metodologia para a distribuição territorial do objeto a ser contratado

Em virtude da reestruturação administrativa e territorial promovida pela Fundação CASA/SP, que resultou na fusão de diversas unidades administrativas e reorganização em quatro Divisões Regionais denominadas: Divisão Regional Metropolitana Capital - DRCAP, Divisão Regional Litoral e Metropolitana - DR2, Divisão Regional Campinas e Vale do Paraíba - DR3 e Divisão Regional Interior - DR4, tornou-se necessário o redesenho da estratégia de planejamento e execução das contratações públicas. Essa nova configuração territorial exigiu também a reformulação da metodologia de elaboração dos artefatos técnicos, como parte do processo de modernização institucional e alinhamento às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/21.

Com a publicação das Portarias Administrativas nºs 379/2025, 380/2025, 381/2025 e 382/2025, considerando os estudos e diagnósticos conduzidos pelas equipes técnicas da Fundação CASA/SP, especialmente pelas Diretorias de Gestão e Articulação Regional (DGAR), de Gestão Administrativa (DGA) e pela Assessoria Especial de Política Socioeducativa (AEPS), identificou-se a necessidade de reestruturação como medida estratégica para a melhoria contínua da gestão institucional.

A análise abrangeu aspectos como a ocupação das unidades socioeducativas, logística de atendimento, custos operacionais e índice de ociosidade das estruturas físicas, o que evidenciou a necessidade de revisão do modelo vigente. Tal reavaliação teve como foco principal a otimização da prestação dos serviços socioeducativos e a uniformização dos padrões de atendimento, buscando maior eficiência e equilíbrio entre qualidade do serviço e racionalidade de custos.

Diante desse cenário, tornou-se imperativa a adoção de uma nova lógica territorial baseada em agrupamentos mais eficientes e funcionalmente integrados, culminando na criação de novas Divisões Regionais e na reconfiguração das já existentes, de forma a proporcionar maior coerência entre a gestão administrativa e a realidade operacional das unidades.

Essa reestruturação visa ainda à consolidação de uma gestão regionalizada mais técnica e estratégica, capaz de responder de maneira mais ágil e eficiente às demandas locais, respeitando as especificidades territoriais e promovendo uma distribuição mais equilibrada dos recursos humanos, materiais e financeiros.

### Elaboração Centralizada dos Artefatos

Até então, os responsáveis pela elaboração de DFD, ETP e Matriz de Risco, eram os servidores administrativos das Regionais, e os serviços eram licitados tendo como limite da área de abrangência, o mesmo limite de atuação das Divisões Regionais.

Com a metodologia atual, a elaboração dos artefatos técnicos: Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Matriz de Risco, será realizada de forma centralizada e composta por representantes das seguintes áreas:

- Área Técnica Temática: responsável por amparar tecnicamente a contratação com base em normas e estudos, diagnósticos de alternativas e propostas de melhorias;
- Área de Suprimentos: subsidiando a área técnica na construção dos documentos instrumentais (DFD, ETP, TR), conforme a Lei nº 14.133/21, promovendo a “tradução” das necessidades em termos técnicos de contratação;
- Gabinete da Presidência: colaborando na formulação estratégica das contratações, definição de prazos e prioridades;
- Representantes das Regionais: encarregados de levantar demandas específicas de suas áreas, identificar riscos e vulnerabilidades, e contribuir com sugestões para aprimorar as futuras contratações.

Esse formato garante maior aderência às diretrizes legais, homogeneidade dos documentos e alinhamento estratégico institucional.

## Estrutura da Fundação CASA:

Divisão Regional Metropolitana Capital - DRCAP	Divisão Regional Litoral e Metropolitana - DR2	Divisão Regional Campinas e Vale do Paraíba - DR3	Divisão Regional Interior - DR4
Rua Coronel Mursa, 270 - Brás - São Paulo/SP - CEP: 03043-050	Av. Antônio Piranga, nº 1500, Centro, Diadema/ SP, CEP: 09911-160	Avenida Brasil, nº 2340, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP: 13070-178	Praça das Monções, nº 673 - Centro - Iaras /SP, CEP: 18775-021

Com esta nova proposta pretende-se tornar a logística da prestação de serviços e da gestão de materiais, mais eficiente e sustentável, inclusive facilitando para as empresas fornecedoras, a contratação de mão-de-obra local e o rápido manejo de pessoal, em caso de alguma emergência.

Estas centralidades administrativas também otimizarão os custos indiretos das empresas (área administrativa, deslocamento de supervisor, almoxarifado, etc.), pela proximidade dos pontos atendidos, e consequentemente a redução do valor do contrato.

### Concentração das Contratações

Com a consolidação do novo modelo, opta-se pela concentração das contratações, aglutinadas por temática, sob um único processo licitatório, garantindo ganho de escala, maior controle temática um único processo licitatório contratual e uniformidade nas condições de prestação dos serviços. Essa medida também facilita a fiscalização e padronização dos indicadores de desempenho da empresa contratada.

Entretanto, referida metodologia admite o parcelamento do objeto de forma menos capilarizada, da seguinte forma:

- abertura de 01 licitação dividida em grupos/lotes independentes, dentro de cada Divisão Regional, conforme a Análise de Risco x Viabilidade Econômica, organizados por localidades mais próximas;

Em que pese o parcelamento ser regra, insta destacar que o objeto em questão não é considerado como divisível por item. Desta forma, a adjudicação da licitação deverá ser feita por preço global de cada grupo/ lote.

Pelas razões acima declinadas, entende-se que o parcelamento da contratação para fins de aplicação de cotas de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte prejudicaria o gerenciamento dos serviços terceirizados e a economia de escala almejada, não sendo, portanto, vantajoso para a administração pública, hipótese que resultaria em prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação do objeto ocorre de forma independente, ou seja, não depende de qualquer outro processo licitatório para que possam prosseguir com a contratação, pois não há objeto similar sendo contratado.

Não há que se falar em contratações correlatas e/ou independentes no que tange ao presente objeto da contratação.

Os gestores dos processos SEIs:

161.00076615-2023-13; 161.00002156-2023-31; 161.00003006-2023-45; 161.00005705-2023-20; 161.00023864-2023-14; 161.00011466-2023-47; 161.00001071/2023-36; 161.00023864-2023-14; 161.00053288-2023-21; ao final das suas vigências devem avançar com o TEOC, se for o caso.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Embora os serviços objeto do presente estudo constituam uma atividade essencial para a manutenção das funções do órgão, sua natureza crítica visa garantir a necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando:

- A integridade do patrimônio público;
- O funcionamento adequado das atividades institucionais;
- A prevenção de impactos negativos à prestação dos serviços públicos.

A interrupção desses serviços poderia comprometer o cumprimento da missão institucional, tornando sua execução indispensável. No entanto, não há meta, objetivo ou indicador específico relacionado a essa atividade no planejamento estratégico do órgão. Ainda assim, a contratação está alinhada à manutenção de fatores críticos para o sucesso institucional, garantindo condições adequadas para a continuidade das operações.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a presente contratação a Instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- Proporcionar a continuidade do atendimento às demandas Institucionais e relacionadas a conservação de patrimônio;
- Que a execução dos serviços vise a obtenção das adequadas condições de salubridade e higiene, de maneira eficiente em todas as suas unidades;
- Redução de custos nas atividades específicas destes serviços quando realizadas por empresas especializadas em detrimento do mesmo tipo de atividade ser realizado por equipe da própria instituição;

Atendimento adequado, eficiente e especializado a ser realizado por empresa que atua no ramo, suprimindo as necessidades desta Instituição.

## 13. Providências a serem Adotadas

Considerando que a solução resulta da unificação de múltiplos contratos mantidos pela instituição por meio de suas divisões regionais, caberá aos gestores e fiscais das contratações vigentes adotar as medidas necessárias para a rescisão dos contratos, garantindo que isso ocorra de forma simultânea à data prevista para o início do fornecimento do objeto deste estudo.

Por se tratar de uma contratação já usualmente realizada pelas divisões regionais, não identificamos a necessidade de providências adicionais ou ajustes, como adequações de infraestrutura, sistema elétrico, espaços físicos, capacitação de servidores ou fiscalização especializada, para a efetiva implementação do objeto.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada compromete-se a:

### Redução do uso indiscriminado de pesticidas e inseticidas

- Empresas especializadas utilizam produtos registrados na ANVISA e aplicam técnicas modernas de manejo integrado de pragas (MIP), o que evita o uso excessivo ou incorreto de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente.

### Adoção de tecnologias sustentáveis

- Muitas empresas do setor já utilizam técnicas ecológicas como armadilhas físicas, gel atrativo, iscas biodegradáveis e controle biológico, que têm menor impacto ambiental e maior eficiência.

### Prevenção da contaminação do solo e da água

- A correta aplicação dos produtos e o descarte apropriado de resíduos evitam a infiltração de substâncias tóxicas no solo e nos corpos d'água, contribuindo para a proteção dos recursos naturais

### Conscientização ambiental indireta

- A presença de empresas atuando com responsabilidade ambiental estimula práticas mais sustentáveis nos ambientes internos, como a melhoria na coleta e acondicionamento de lixo, evitando focos de infestação.

Além disso, recomenda-se a adoção das seguintes diretrizes sustentáveis:

- **Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes**, priorizando alternativas de menor impacto ambiental;
- **Substituição de substâncias tóxicas por opções atóxicas ou de menor toxicidade**, utilizando, sempre que possível e viável, substâncias naturais e/ou biodegradáveis;
- **Eficiência no consumo de recursos**, promovendo economia de energia elétrica e água durante a execução dos serviços;
- **Capacitação contínua dos profissionais**, com treinamentos periódicos sobre boas práticas para redução de desperdícios e minimização da poluição;
- **Gestão adequada dos resíduos gerados**, garantindo sua reciclagem ou destinação ambientalmente correta.

Para o descarte de materiais potencialmente poluentes, devem ser elaborados **manuals de procedimentos**, a serem seguidos tanto pelo Contratante quanto pela Contratada, garantindo a conformidade com as normas ambientais vigentes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

DECLARAMOS A VIABILIDADE do procedimento de contratação a partir de empresa especializada. Vale ressaltar que a presente declaração de viabilidade conjuga a aplicação dos princípios da razoabilidade, economicidade, eficácia e eficiência. Pelo constatado no estudo técnico preliminar considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PEDRO ROMANO DE AGUIRRE**

Diretor Adjunto



Assinou eletronicamente em 06/02/2026 às 11:44:50.



## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

#### FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP

Processo Administrativo SEI nº.....

Pregão Eletrônico nº.....

Contrato \_\_\_\_ nº.....

Código Único: nº.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO  
SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE – FUNDAÇÃO CASA  
....., POR INTERMÉDIO DO(A)

E

**A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP**, instituída pela Lei n.º 185, de 12 de dezembro de 1973, com respectivas alterações, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 44.480.283/0001-91, sediada na Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 – Luz - São Paulo - Capital, neste ato representada por sua Presidente, Ana Claudia Carletto, nos termos do Decreto de 03-05-2024, publicado no DOE de 06-05-2024 e por Magda de Oliveira Vieira, Diretor Administrativo, nomeada nos termos da Portaria Administrativa n.º 764/2025, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado),

inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de desinsetização, desratização, descupinização e controle de pombos nos Prédios Administrativos e Centros de Atendimento da Fundação CASA, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados a partir da primeira ordem início dos serviços, prorrogável por até 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário

do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (....) para o(s) grupo(s) ....., mediante os valores unitários constantes da proposta do contratado, apresentada no certame licitatório e que faz parte integrante do presente Termo de Contrato.

5.1.1. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e

fornecidos.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 07/11/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão

reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPC-FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133, de 2021):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;



II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) Realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

8.1.9. Cientificar a Assessoria Jurídica da Fundação CASA-SP para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133,

de 2021.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e

as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este

instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como

aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente

a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista

neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa: Calculada em conformidade com a Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do

Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: SEC. DA JUSTIÇA E CIDADANIA/FUNDAÇÃO CASA - SEDE ADMINISTRAÇÃO - 990202;

15.1.2. Fonte de Recursos: 1.500.1.0.001;

15.1.3. Programa de Trabalho: 14.122.1729.5904.0000;

15.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.79.

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Ana Claudia Carletto  
Presidente

Magda de Oliveira Vieira  
Diretor Administrativo

Representante(s) legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- .....

2- .....



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente**  
**Expediente do Gabinete**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 509/2025**

Dispõe sobre normas internas relativas à apuração e à aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos no âmbito da Fundação CASA-SP.

A PRESIDENTE da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, no uso de sua competência, e

Considerando o disposto nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 45 da Portaria Normativa nº 508/2025, que exigem regulamentação interna para disciplinar os procedimentos de apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos administrativos,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Portaria Normativa dispõe sobre as normas internas para a apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos administrativos, no âmbito da Fundação CASA-SP.

**Art. 2º** Para os fins desta Portaria, consideram-se:

- I - Agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, até a homologação;
- II - Autoridade Competente:
  - a) À Presidência da Fundação CASA-SP compete julgar recursos interpostos contra sanções administrativas diversas;
  - b) À Chefia de Gabinete compete julgar recursos interpostos contra advertências e multas cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- III - Contratada: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;
- IV - Fiscalização: servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e avaliação da execução do objeto do contrato;
- V - Gestor: servidor designado pela autoridade competente para acompanhar e

supervisionar as atividades do(s) fiscal(is);

- VI - Infração: ação ou omissão que viole norma legal e/ou de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos à entidade;
- VII - Licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participe ou manifeste a intenção de participar de processo licitatório, equiparando-se, para os fins da Lei nº 14.133/2021, ao fornecedor ou o prestador de serviços que, em atendimento à solicitação da Administração, apresente proposta;
- VIII - Pregoeiro: servidor(a) responsável pela condução do pregão, desde a fase de publicação do edital até a fase de homologação e adjudicação do objeto;
- IX - Extinção contratual: ruptura da relação contratual estabelecida entre a Administração Pública e a contratada, podendo ser unilateral, por acordo entre as partes ou judicial, nos termos da legislação aplicável;
- X - Sanção: penalidade prevista em lei, edital ou contrato, aplicada pela Administração, com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assegurados por meio do devido processo legal;
- XI - Unidade Gestora:
- a) Divisão Regional, em processos relacionados aos seus Centros de Atendimento e unidades vinculadas;
  - b) Diretoria de Gestão Administrativa - DGA, em processos relacionados às demais áreas da Fundação CASA-SP, não vinculadas a uma Divisão Regional ou que compreendam o atendimento a mais de uma Divisão Regional.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS IRREGULARIDADES**

**Art. 3º** O licitante ou a contratada serão responsabilizados administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a saber:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 1º** Considera-se não manter a proposta, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento:

- I - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- III - Solicitar desclassificação quando encerrada a etapa competitiva;
- IV - Deixar de apresentar amostras;
- V - Deixar de enviar documentos complementares que comprovem a exequibilidade da proposta.

**§ 2º** Considera-se retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação qualquer ação ou omissão do licitante que atrase a assinatura do contrato.

**§ 3º** Considera-se fraude à licitação, à contratação direta ou à execução do contrato a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Fundação CASA-SP.

**§ 4º** Consideram-se inidôneos, também, os atos descritos no [Capítulo II-B do Título XI do Código Penal](#).

**Art. 4º** Os licitantes ou contratadas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

- I - Advertência;
- II - Multa, nas modalidades compensatória, moratória ou por inexecução total ou parcial, conforme previsto em contrato ou edital;
- III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado de São Paulo por até 3 (três) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

**§ 1º** Os contratos poderão prever outras multas específicas, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

**§ 2º** A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**§ 3º** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

**§ 4º** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão resultar na extinção imediata do contrato pela unidade que aplicou a penalidade.

**§ 5º** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade podem não afetar contratos em andamento celebrados com a Fundação CASA-SP antes da aplicação da penalidade, comprometendo apenas os futuros contratos ou renovações contratuais.

**§ 6º** A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Portaria, quando apresentada defesa prévia, bem como o julgamento de recursos, será precedida de parecer jurídico emitido pelo Grupo Técnico de Apoio Jurídico - GTAJ.

**§ 7º** O disposto no § 6º não se aplica à sanção de advertência.

**§ 8º** Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica, poderá ser solicitado auxílio ao GTAJ, por meio de consulta específica que contenha, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

**Art. 5º** A aplicação das sanções observará as seguintes regras:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela resultarem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** São circunstâncias agravantes da sanção, majorando-a em 1/3 (um terço), até o limite estabelecido por lei:

- I - A existência de registro do licitante ou da contratada no e-Sanções ou na Relação de Apenados, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito desta Fundação CASA-SP, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- II - Quando a infração for comprovadamente de natureza dolosa;
- III - Quando a infração resultar da inobservância de determinação ou recomendação formalmente expedida pela Fundação CASA-SP, destinada a prevenir os danos provenientes de sua ocorrência;
- IV - A desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- V - Quando restar comprovado que o licitante ou a contratada auferiu injusta vantagem, para si ou para terceiros, em virtude da infração;
- VI - A reincidência.

**§ 2º** Configura-se a reincidência quando o acusado comete nova infração após ter sido sancionado definitivamente por idêntica infração anterior.

**§ 3º** Para efeito de reincidência:

- I - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Fundação CASA-SP;
- II - Não prevalece a condenação anterior se, entre a data da publicação da decisão definitiva desta e a do cometimento da nova infração, tiver decorrido período superior a 5 (cinco) anos;
- III - A reincidência será reconhecida ainda que as infrações tenham ocorrido em contratos ou licitações distintos.

**§ 4º** São circunstâncias atenuantes da sanção, reduzindo-a em até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa ou do prazo de restrição, uma única vez, após a incidência dos agravantes:

- I - A conduta praticada tenha sido decorrente de falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

- II - A apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por estes;
- III - A conduta praticada não tenha ocasionado prejuízos concretos nem exposto a Fundação CASA-SP a riscos de danos irreparáveis ou de difícil reparação;
- IV - O licitante ou a contratada possuam programa de integridade implantado, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- V - A adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta praticada.

**Art. 6º** Compete:

- I - Ao agente de contratação ou à Comissão de contratação, propor penalidades por irregularidades em processos licitatórios;
- II - Ao gestor do contrato, propor penalidades por infrações ocorridas durante a execução contratual;
- III - À Comissão de Apuração de Penalidades, designada por ato da autoridade competente, processar os casos de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade;
- IV - À Unidade Gestora, decidir sobre a aplicação das sanções de advertência e de multa;
- V - À Diretoria de Gestão Administrativa, decidir sobre o impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo;
- VI - À Presidência da Fundação CASA-SP, decidir sobre a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

## **Seção I**

### **Dos Procedimentos Gerais Sancionatórios**

**Art. 7º** A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Portaria, bem como a extinção do contrato, quando cabível, será precedida do devido procedimento administrativo legal, destinado ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 8º** A intimação do licitante ou da contratada deverá ser feita mediante comunicação entregue ao interessado por uma das seguintes formas:

- I - Correspondência eletrônica;
- II - Carta registrada, com aviso de recebimento - AR;
- III - Pessoalmente ao representante do interessado, mediante recibo.

**§ 1º** Quando o licitante ou contratada sujeito à sanção não acusar o recebimento do e-mail ou não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado - DOE.

**§ 2º** O licitante ou a contratada é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

**§ 3º** Será juntado aos autos o comprovante de ciência/recebimento das comunicações realizadas.

**§ 4º** Quando houver prestação de garantia contratual, deverá ser providenciada a



notificação ao seu emitente, na forma do caput, quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**Art. 9º** A intimação inicial deverá conter, entre outros, os seguintes elementos essenciais:

- I - Identificação do licitante ou da contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;
- II - Finalidade da intimação;
- III - Descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;
- IV - Possibilidade de caracterização de inexecução contratual e extinção do contrato, se pertinente;
- V - Indicação das sanções administrativas cabíveis, com referência aos respectivos fundamentos normativos;
- VI - Retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Fundação CASA-SP, se pertinente;
- VII - Previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados nesta Portaria;
- VIII - Informação sobre a continuidade do processo independentemente de manifestação;
- IX - Possibilidade de vista dos autos para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 10.** Os prazos desta Portaria serão aqueles previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- I - Nas sanções previstas nos incisos I e II do art. 4º desta Portaria, o licitante ou a contratada poderá apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação;
- II - Nas sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º desta Portaria:
  - a) o licitante ou a contratada poderá apresentar defesa escrita, indicando as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação;
  - b) caso seja deferida a produção de novas provas ou determinada a juntada de provas consideradas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.
- III - Nas sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 4º desta Portaria:
  - a) caberá interposição de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação;
  - b) a autoridade que proferiu a decisão recorrida, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso, com sua motivação, à autoridade superior competente, que deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- IV - Na sanção prevista no inciso IV do art. 4º desta Portaria:
  - a) caberá apenas pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contados da intimação;

b) a autoridade competente decidirá no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do pedido.

V - Da decisão final que aplicar a sanção prevista no inciso II do art. 4º desta Portaria, o licitante ou a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para efetuar o recolhimento do valor da multa.

**§ 1º** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 2º** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

**§ 3º** Decorrido o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração, sem manifestação do licitante ou da contratada, a decisão será considerada definitiva.

**Art. 11.** Para fins de publicidade, as sanções aplicadas pela Fundação CASA-SP deverão ser incluídas nos pertinentes cadastros de sanções administrativas, em especial:

I - Sistema Eletrônico de Registro de Sanções Administrativas em vigor;

II - Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

IV - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Parágrafo único.** Deverá ser informado e atualizado os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade, em especial no CEIS e no CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

## Seção II

### Da Advertência e das Multas

**Art. 12.** A advertência é aplicável em caso de inexecução parcial da obrigação principal ou de obrigações acessórias de baixa relevância, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§ 1º** Considera-se de baixa relevância o descumprimento de deveres instrumentais ou formais que não comprometam a execução do objeto contratual, nem causem prejuízos à Instituição.

**§ 2º** Em caso de reincidência, deverá ser aplicada penalidade mais grave.

**Art. 13.** A multa compensatória, destinada a compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

**Art. 14.** A multa compensatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I - Até o 30º (trigésimo) dia: 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia: 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

**Parágrafo único.** A multa compensatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) desse valor.

**Art. 15.** A multa moratória é aplicável quando o contratado, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

**§ 1º** A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:

- I - A partir da data estabelecida no instrumento contratual;
- II - Da assinatura do contrato, ou retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não houver data fixada;
- III - A partir da nova data estabelecida quando for concedida a prorrogação de prazo de entrega ou execução.

**§ 2º** O prazo será contado em dias corridos, excluindo-se o dia inicial e incluindo-se o dia do vencimento.

**Art. 16.** Cabe ao contratado solicitar, previamente ao término do prazo, a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo inicialmente avençado.

**§ 1º** As justificativas serão apreciadas pelo gestor do contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução.

**§ 2º** Prorrogado o prazo de entrega ou de execução, será automaticamente alterado o prazo limite para o cumprimento da obrigação.

**Art. 17.** Ultrapassado o prazo de entrega ou execução, o gestor poderá:

- I - Aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória;
- II - Recusar o recebimento, caracterizando-se a inexecução contratual.

**Parágrafo único.** Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, salvo justificativa do gestor fundamentando a conveniência da manutenção do contrato.

**Art. 18.** A multa moratória corresponderá a 2% (dois por cento) do valor da obrigação cumprida em atraso, acrescida conforme o tempo de mora:

- I - Até o 30º (trigésimo) dia: 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
- II - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia: 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

**§ 1º** A multa não poderá exceder 30% (trinta por cento) da obrigação inadimplida.

**§ 2º** A aplicação da multa moratória não impede sua conversão em multa por inexecução, nem a adoção de outras penalidades previstas nesta Portaria, inclusive a extinção unilateral.

**Art. 19.** A multa por inexecução total ou parcial será de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, aplicável quando:

- I - A inadimplência for imputável ao contratado;
- II - A Administração não tiver interesse no recebimento da obrigação em atraso.

**Parágrafo único.** A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, também configura inexecução total e enseja aplicação da multa.

### **Seção III**

#### **Das Sanções Restritivas do Direito de Licitar e Contratar com a Administração**

**Art. 20.** A sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos, é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§ 1º** A duração da sanção será de:

- I - 6 (seis) meses para infração do inciso II;
- II - 12 (doze) meses para infração do inciso III;
- III - 30 (trinta) dias para infração do inciso IV;
- IV - 30 (trinta) dias para infração do inciso V;
- V - 4 (quatro) meses para infração do inciso VI;
- VI - 2 (dois) meses para infração do inciso VII.

**§ 2º** Quando a ação ou omissão do licitante ou da contratada ensejar o enquadramento em concurso de condutas dentre as previstas neste artigo, aplicar-se-á a infração mais grave.

**Art. 21.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 3º desta Portaria, bem como àquelas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo, que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no artigo 20.

**Parágrafo único.** A dosimetria do prazo da sanção da declaração de inidoneidade será feita partindo-se da pena base de 5 (cinco) anos, acrescida de 1 (um) ano em caso de circunstância agravante prevista nos incisos III ou V do § 1º do art. 5º desta Portaria, ou diminuída de 1 (um) ano a cada circunstância atenuante prevista no § 4º do art. 5º, observando-se sempre o limite mínimo e máximo de sancionamento previsto no caput.

**Art. 22.** A prescrição para aplicação das sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fundação CASA-SP, e será:

- I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846/2013](#);
- III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

## **Seção IV**

### **Das Hipóteses de Retenção da Garantia e de Créditos da Contratada**

**Art. 23.** Para fins de verificação quanto à liberação da garantia prestada ou pagamento dos créditos da contratada, a Administração verificará:

- I - Se houve recebimento definitivo dos bens ou serviços e se há registro de descumprimento contratual, com proposta de aplicação de multa;
- II - Quando da extinção de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento das verbas rescisórias pela contratada ou dos documentos que comprovem que a realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra interrupção do contrato de trabalho.

**Art. 24.** Até que a contratada comprove o disposto no art. 23, a Fundação CASA-SP deverá reter:

I - A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação aplicável;

II - Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento ou à multa proposta, até que a situação seja regularizada ou que o procedimento sancionatório seja concluído.

**Art. 25.** A Fundação CASA-SP poderá ainda:

I - Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada, a ser executada conforme legislação aplicável;

II - Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

**Parágrafo único.** Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela diferença, a qual poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando cabível, cobrada judicialmente.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Estadual nº 69.588, de 09 de junho de 2025.

**Art. 27.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.

**§ 1º** Nesses casos, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração.

**§ 2º** A extensão das sanções também se aplica à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo que possua relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

**§ 3º** Em todos os casos, devem ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Art. 28.** A reabilitação do licitante ou contratado poderá ser concedida mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os requisitos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 29.** Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único.** As contratações firmadas durante a vigência da Portaria Normativa nº 444/2024 deverão observar, quanto aos procedimentos de sanções administrativas, as disposições previstas no “Regulamento para os Procedimentos de Sanções Administrativas no âmbito da Fundação CASA-SP”, anexo do referido instrumento normativo.

Dê-se ciência.

Publique-se.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Ana Claudia Carletto**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Carletto, Presidente**, em 30/09/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0084229941** e o código CRC **5ACDD995**.

**ANEXO IV**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

<b>G R U P O 1 - DRCAP</b>							
<b>PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO</b>							
<b>LOCAL</b>	<b>ÁREA EM M² (1)</b>	<b>QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO (R\$) (3)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)</b>	<b>VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) = (1) X (2) X (3)</b>	<b>VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) = (1) X (2) X (4)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$) (7) = (5) + (6)</b>
DPIL	6987,00	7					
Antigo CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	834,00	7					
CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	359,00	7					
CASA DE SEMILIBERDADE ARARE	288,00	7					
CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS	264,00	7					
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	253,00	7					
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I (suspensa)	2782,00	3					
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II (suspensa)	2782,00	3					
CASAS NOVA VIDA E PAULISTA	2782,00	7					
CASAS OURO PRETO E JOÃO DO PULO	2733,00	7					
CASA PIRITUBA	1880,00	7					
CAIP SÃO FRANCISCO	3311,00	7					
COMPLEXO RAPOSO TAVARES – CASAS: ARPOADOR, CEDRO, NOVA ALIANÇA, IPÊ, NOVA AROEIRA, UAISA RAP., LAVANDERIA, PRÉDIO REGIONAL, PORTARIAS CENTROS E PORTARIA 02	13355,00	7					
EDIFICAÇÃO EXTINTA DRMNO, ALMOXARIFADO E EXTINTA LAVANDERIA	8616,00	7					

CAIP RUTH PISTORI	2046,00	7				
CASA CHIQUINHA GONZAGA	2370,00	7				
CASA ITAQUERA	3577,00	7				
CASA DE SEMILIBERDADE URAÍ - ZONA LESTE	377,00	7				
Divisão Regional Metropolitana CAPITAL – Áreas internas e externas	6835,00	7				
FARMÁCIA	182,00	7				
COMPLEXO 450 VILA MARIA – CASAS: GOV MARIO COVAS, BELA VISTA, VILA GUILHERME, ONIX, SÃO PAULO, UAISA	5096,00	7				
CASA ITAPARICA	3371,00	7				
CASA JUQUIÁ	2327,00	7				
CASA RIO PARANÁ	4770,00	7				
CASA RIO TÂMISA	2445,00	7				
Antigo - CORA CORALINA	2180,00	7				
CASA TOPÁZIO	3580,00	7				
CAI GAIVOTA	1363,00	7				
CASA RIO TOCANTINS	1363,00	7				
CASA RIO TURIASSÚ	3452,00	7				
NAID- Núcleo de Acervo Institucional Documenta	5231,00	7				
EDIFÍCIO SEDE - FLORÊNCIO ABREU	10600,00	7				
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA A</b>						

PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO				
LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) (R\$) (3)	VALOR TOTAL (R\$) (4) = (1) X (2) X (3)
DPIL	6987,00	2		
Antigo CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	834,00	2		
CASA DE SEMILIBERDADE AZALÉIA	359,00	2		
CASA DE SEMILIBERDADE ARARE	288,00	2		



CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS	264,00	2		
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	253,00	2		
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I (suspensa)	2782,00	2		
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II (suspensa)	2782,00	2		
CASAS NOVA VIDA E PAULISTA	2782,00	2		
CASAS OURO PRETO E JOÃO DO PULO	2733,00	2		
CASA PIRITUBA	1880,00	2		
CAIP SÃO FRANCISCO	3311,00	2		
COMPLEXO RAPOSO TAVARES – CASAS: ARPOADOR, CEDRO, NOVA ALIANÇA, IPÊ, NOVA AROEIRA, UAISA RAP., LAVANDERIA, PRÉDIO REGIONAL, PORTARIAS CENTROS E PORTARIA 02	13355,00	2		
EDIFICAÇÃO EXTINTA DRMNO, ALMOXARIFADO E EXTINTA LAVANDERIA	8616,00	2		
CAIP RUTH PISTORI	2046,00	2		
CASA CHIQUINHA GONZAGA	2370,00	2		
CASA ITAQUERA	3577,00	2		
CASA DE SEMILIBERDADE URAÍ - ZONA LESTE	377,00	2		
Divisão Regional Metropolitana CAPITAL – Áreas internas e externas	6835,00	2		
FARMÁCIA	182,00	2		
COMPLEXO 450 VILA MARIA – CASAS: GOV MARIO COVAS, BELA VISTA, VILA GUILHERME, ONIX, SÃO PAULO, UAISA	5096,00	2		
CASA ITAPARICA	3371,00	2		
CASA JUQUIÁ	2327,00	2		
CASA RIO PARANÁ	4770,00	2		
CASA RIO TÂMISA	2445,00	2		
Antigo - CORA CORALINA	2180,00	2		
CASA TOPÁZIO	3580,00	2		
CAI GAIVOTA	1363,00	2		

CASA RIO TOCANTINS	1363,00	2		
CASA RIO TURIASSÚ	3452,00	2		
NAID- Núcleo de Acervo Institucional Documenta	5231,00	2		
EDIFÍCIO SEDE - FLORÊNCIO ABREU	10600,00	2		
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA B</b>				
<b>PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS</b>				
<b>CENTROS ATENDIDOS</b>	<b>ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO (R\$) (2)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$) (3) = (1) X (2)</b>
DPIL	Telhado, galpões, perimetral 6.987,00 m²	3		
CASA Itaquera	Telhado da cozinha da contratada, prédio administrativo desativado 3.577 m	3		
Divisão Regional Metropolitana CAPITAL - Áreas internas e externas	Telhado e vidraças no geral 6.835 m	3		
Farmácia	Telhado e vidraças no geral 182 m	3		
CASA Itaparica	Telhado, vidraças no geral e quadra 3.371 m	3		
CASA Juquiá	Telhado, vidraças no geral e quadra 2.327 m	3		
CASA Rio Paraná	Telhado, vidraças no geral e quadra 4.770 m	3		
CASA Rio Tâmbisa	Telhado, vidraças no geral e quadra 2.445 m	3		
Antigo Cora Coralina	Telhado, vidraças no geral e quadra 2.180 m	3		
CASA Topázio	Telhado, vidraças no geral e quadra 3.580 m	3		
NAID - Núcleo de Acervo Institucional Documental	Telhado e vidraças no geral 5.231 m	3		
Edifício SEDE	Telhado e vidraças no geral 10.600 m	3		
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA C</b>				
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 1 - (PLANILHAS A + B + C)</b>				

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias.**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

## GRUPO 2 – DR 2

### PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO (R\$) (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) = (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) = (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL (R\$) (7) = (5) + (6)
CASA OSASCO I	2.483,00	3					
CASA OSASCO II	2.483,00	3					
VALOR TOTAL - <u>PLANILHA A</u>							

### PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) (R\$) (3)	VALOR TOTAL (R\$) (4) = (1) X (2) X (3)
CASA OSASCO I	2.483,00	2		
CASA OSASCO II	2.483,00	2		
VALOR TOTAL - <u>PLANILHA B</u>				

### PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS

CENTROS ATENDIDOS	ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)	VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO(R\$) (2)	VALOR TOTAL(R\$) (3) = (1) X (2)
----------------------	---------------------------------------	------------------------------------	--	-------------------------------------

CASA Osasco I	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m²	3		
CASA Osasco II	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m²	3		
<b>VALOR TOTAL – PLANILHA C</b>				
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 2 - (PLANILHAS A + B + C)</b>				

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias.**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

### GRUPO 3 - DR 2

#### PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO (R\$) (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) = (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) = (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL (R\$) (7) = (5) + (6)
CASA Vila de São Vicente	3.300,00	2					
CASA / CAI Guarujá e Almoxarifado DRL	3.817,00	2					
CASA Itanhaém (Suspenso)	2.185,00	2					
CASA Mongaguá	2.483,00	2					
CASA Peruíbe	2.483,00	2					
CASA Praia Grande I	2.416,00	2					
CASA Praia Grande II	2.416,00	2					
CASA Santos (Suspenso)	2.500,00	2					
Subsede Litoral	360,00	2					
VALOR TOTAL - PLANILHA A							

#### PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) (R\$) (3)	VALOR TOTAL (R\$) (4) = (1) X (2) X (3)
CASA Vila de São Vicente	3.300,00	1		
CASA / CAI Guarujá e Almoxarifado DRL	3.817,00	1		
CASA Itanhaém (Suspenso)	2.185,00	1		
CASA Mongaguá	2.483,00	1		
CASA Peruíbe	2.483,00	1		
CASA Praia Grande I	2.416,00	1		
CASA Praia Grande II	2.416,00	1		
CASA Santos (Suspenso)	2.500,00	1		

Subsede Litoral	360,00	1		
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA B</b>				
<b>PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS</b>				
<b>CENTROS ATENDIDOS</b>	<b>ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO (R\$) (2)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$) (3) = (1) X (2)</b>
CASA Vila de São Vicente	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 3.300 m <sup>2</sup>	2		
CASA / CAI Guarujá e Almoxarifado DRL	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 3.817 m <sup>2</sup>	2		
CASA Itanhaém (Suspenso)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.185 m <sup>2</sup>	2		
CASA Mongaguá	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m <sup>2</sup>	2		
CASA Peruíbe	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m <sup>2</sup>	2		

CASA Praia Grande I	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.416 m <sup>2</sup>	2		
CASA Praia Grande II	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.416 m <sup>2</sup>	2		
CASA Santos (Suspenso)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.500 m <sup>2</sup>	2		
Subsede Litoral	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 360 m <sup>2</sup>	2		
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA C</b>				
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 3 - (PLANILHAS A + B + C)</b>				

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias.**

(Local e data).  
(Nome/assinatura do representante legal)

## GRUPO 4 – DR 2

### PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) = (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) = (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL (R\$) (7) = (5) + (6)
CASA SOROCABA I	2.483,00	3					
CASA SOROCABA II	2.483,00	3					
CASA SOROCABA III	2.363,00	3					
CASA SOROCABA IV	1.136,00	3					
CASA ESPERANÇA	2.483,00	3					
VALOR TOTAL - <u>PLANILHA A</u>							

### PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) (R\$) (3)	VALOR TOTAL (R\$) (4) = (1) X (2) X (3)
CASA SOROCABA I	2.483,00	2		
CASA SOROCABA II	2.483,00	2		
CASA SOROCABA III	2.363,00	2		
CASA SOROCABA IV	1.136,00	2		
CASA ESPERANÇA	2.483,00	2		
VALOR TOTAL - <u>PLANILHA B</u>				

### PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS

CENTROS ATENDIDOS	ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)	VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO (R\$) (2)	VALOR TOTAL (R\$) (3) = (1) X (2)



CASA SOROCABA I	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m²	3		
CASA SOROCABA II	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m²	3		
CASA SOROCABA III	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.363 m²	3		
CASA SOROCABA IV	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 1.136 m²	3		
CASA ESPERANÇA	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, perimetral, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m²	3		
VALOR TOTAL - <u>PLANILHA C</u>				
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 4 - (PLANILHAS A + B + C)</b>				

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias.**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**GRUPO 5 - DR 3**

**PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO**

LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO (R\$) (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) = (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) = (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL (R\$) (7) = (5) + (6)
CASA DE SEMILIBERDADE JUNDIAÍ	606,00		3				
CASA Jundiaí - Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (Suspensa)	2.690,50		3				
SEDE DR3 Campinas	1.700,00		2				
CAIP ANDORINHAS	2.483,00		2				
CASA MAESTRO CARLOS GOMES	2.500,00		2				
CASA CAMPINAS	2.483,00		2				
CASA JEQUITIBA (suspensa)	1.890,00		2				
CASA RIO PIRACICABA	6.246,00		2				
CASA LARANJEIRAS	2.593,00		2				
CASA MOGI MIRIM	2.593,00		2				
CASA LIMEIRA	2.483,00		2				
CASA MORRO AZUL	2.483,00		2				
SADRM C E ALMOXARIFADO – FRANCO DA ROCHA	1.641,00		3				
COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	1.127,00		3				
UAISA/DRMC -FRANCO DA ROCHA	352,00		3				
CAIP JACARANDÁ	1.364,00		3				
CASA MANACÁ DA SERRA	1.157,00		3				
CASA NOVO TEMPO	2.691,00		3				
CASA RIO NEGRO (Suspensa)	1.307,00		3				
CASA TAPAJÓS	1.258,00		3				
CASA E.RIO CLARO (suspensa)	2.402,00		2				
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA A</b>							

**PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO**

<b>LOCAL</b>	<b>ÁREA EM M² (1)</b>	<b>QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$) (4) = (1) X (2) X (3)</b>
CASA DE SEMILIBERDADE JUNDIAÍ	606,00	2	
CASA Jundiaí - Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (Suspensa)	2690,50	2	
SEDE DR3 Campinas	1700,00	1	
CAIP ANDORINHAS	2483,00	1	
CASA MAESTRO CARLOS GOMES	2500,00	1	
CASA CAMPINAS	2483,00	1	
CASA JEQUITIBA (suspensa)	1890,00	1	
CASA RIO PIRACICABA	6246,00	1	
CASA LARANJEIRAS	2593,00	1	
CASA MOGI MIRIM	2593,00	1	
CASA LIMEIRA	2483,00	1	
CASA MORRO AZUL	2483,00	1	
SADRM C E ALMOXARIFADO – FRANCO DA ROCHA	1641,00	2	
COMPLEXO FRANCO DA ROCHA	1127,00	2	
UAISA/DRMC -FRANCO DA ROCHA	352,00	2	
CAIP JACARANDÁ	1364,00	2	
CASA MANACÁ DA SERRA	1157,00	2	
CASA NOVO TEMPO	2691,00	2	
CASA RIO NEGRO (Suspensa)	1307,00	2	
CASA TAPAJÓS	1258,00	2	
CASA E.RIO CLARO (suspensa)		1	
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA B</b>			
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 5 - (PLANILHAS A + B)</b>			

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

GRUPO 6 - DR 4							
PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO							
LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO R\$ (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO R\$ (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO R\$ (5) = (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO R\$ (6) = (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL R\$ (7) = (5) + (6)
Sede DR4 + UAISA + Almoxarifado/Subfrota	2.011,00	3					
CASA MADRE TEREZA I (suspensa)	4.965,00	3					
CASA MADRE TEREZA II (suspensa)	4.965,00	3					
CASA RIO NOVO (suspensa)	9.935,00	3					
CASA TRÊS RIOS - IARAS	11.700,00	3					
CASA BAURU	16.320,00	3					
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	559,00	3					
CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	2.417,00	3					
CASA FEMININO DE CERQUEIRA CESAR	2.683,00	3					
CASA JOÃO PAULO II	2.683,00	3					
CASA NELSON MANDELA	2.683,00	3					
CASA BOTUCATU	2.417,00	3					
VALOR TOTAL DA PLANILHA A							
PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO							
LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) R\$ (3)	VALOR R\$ (4) = (1) X (2) X (3)			
Sede DR4 + UAISA + Almoxarifado/Subfrota	2011,00	2					
CASA MADRE TEREZA I (suspensa)	4965,00	2					

CASA MADRE TEREZA II (suspensa)	4965,00	2		
CASA RIO NOVO (suspensa)	9935,00	2		
CASA TRÊS RIOS - IARAS	11700,00	2		
CASA BAURU	16320,00	2		
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	559,00	2		
CASA FEMININO ANITA GARIBALDI	2417,00	2		
CASA FEMININO DE CERQUEIRA CESAR	2683,00	2		
CASA JOÃO PAULO II	2683,00	2		
CASA NELSON MANDELA	2683,00	2		
CASA BOTUCATU	2417,00	2		
<b>VALOR TOTAL DA PLANILHA B</b>				

**PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS**

<b>CENTROS ATENDIDOS</b>	<b>ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO (R\$) (2)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$) (3) = (1) X (2)</b>
CASA BAURU	Cozinha, Lavanderia e área perimetral (entre o CIP e muralha de divisa com o Casa Nelson Mandela) 16.320 m²	3		
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	Setor Administrativo, Lavanderia, telhado do piso superior e inferior 559 m²	3		
CASA NELSON MANDELA	Garagem, cozinha, jardim interno, área externa do setor administrativo, quadra esportiva (telhado e laterais), janelas dos dormitórios e refeitório no térreo 2.683 m²	3		

CASA BOTUCATU	Garagem, cozinha, jardim interno, área externa do setor administrativo, quadra esportiva (telhado e laterais), janelas dos dormitórios e refeitório no térreo 2.417 m²	3		
VALOR TOTAL DA PLANILHA C				
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 6 - (PLANILHAS A + B + C)				

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias.**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

GRUPO 7 - DR 4							
PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO							
LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESINSETIZAÇÃO (R\$) (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) = (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) = (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL (R\$) (7) = (5) + (6)
CASA BATATAIS (suspensa)	2.718,00	3					
CASA SÃO CARLOS	2.483,00	3					
CASA FRANCA	3.929,00	3					
CASA SERTÃOZINHO	1.929,00	3					
CASA TAQUARITINGA (suspensa)	2.452,00	3					
CASA CÂNDIDO PORTINARI	2.483,00	3					
Subsede 2 - DR4	16.396,00	3					
CASA RIO PARDO	2.308,00	3					
CASA OURO VERDE (suspensa)	2.308,00	3					
CASA RIBEIRÃO PRETO	7.109,00	3					
CASA ARARAQUARA	1.936,00	3					

CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRÃO PRETO	376,00	3					
VALOR TOTAL DA PLANILHA A							
PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO							
LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) (R\$) (3)	VALOR TOTAL (R\$) (4) = (1) X (2) X (3)			
CASA BATATAIS (suspensa)	2.718,00	2					
CASA SÃO CARLOS	2.483,00	2					
CASA FRANCA	3.929,00	2					
CASA SERTÃOZINHO	1.929,00	2					
CASA TAQUARITINGA (suspensa)	2.452,00	2					
CASA CÂNDIDO PORTINARI	2.483,00	2					
Subsede 2 - DR4	16.396,00	2					
CASA RIO PARDO	2.308,00	2					
CASA OURO VERDE (suspensa)	2.308,00	2					
CASA RIBEIRÃO PRETO	7.109,00	2					
CASA ARARAQUARA	1.936,00	2					
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRÃO PRETO	376,00	2					
VALOR TOTAL DA <u>PLANILHA B</u>							
PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS							
CENTROS ATENDIDOS	ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)	VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO (R\$) (2)	VALOR TOTAL (R\$) (3) = (1) X (2)			

CASA BATATAIS (suspensa)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.718 m <sup>2</sup>	4		
CASA SÃO CARLOS	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m <sup>2</sup>	4		
CASA FRANCA	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 3.929 m <sup>2</sup>	4		
CASA SERTÃOZINHO	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 1.929 m <sup>2</sup>	4		



CASA TAQUARITINGA (suspensa)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.452 m <sup>2</sup>	4		
CASA CÂNDIDO PORTINARI	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.483 m <sup>2</sup>	4		
Subsede 2 - DR4	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 16.396 m <sup>2</sup>	4		
CASA RIO PARDO	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.308 m <sup>2</sup>	4		

CASA OURO VERDE (suspensa)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.308 m <sup>2</sup>	4		
CASA RIBEIRÃO PRETO	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 7.109 m <sup>2</sup>	4		
CASA ARARAQUARA	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 1.936 m <sup>2</sup>	4		
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRÃO PRETO	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 376 m <sup>2</sup>	4		
VALOR TOTAL DA <u>PLANILHA C</u>				
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 7 - (PLANILHAS A + B + C)</b>				

- Validade da proposta: **180 (cento e oitenta) dias**

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

GRUPO 8 - DR 4							
PLANILHA A - DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO							
LOCAL	ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO POR M²) DESINSETIZAÇÃO (R\$) (3)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) DESRATIZAÇÃO (R\$) (4)	VALOR TOTAL DESINSETIZAÇÃO (R\$) (5) (1) X (2) X (3)	VALOR TOTAL DESRATIZAÇÃO (R\$) (6) (1) X (2) X (4)	VALOR TOTAL (R\$) (7) (5) + (6)
SUBSEDE 1	728,00	3					
CASA ARAÇÁ	1926,00	3					
CASA ARAÇATUBA	2482,00	3					
CASA MARÍLIA	2659,00	3					
CASA RIO DOURADO - LINS / Subsede 1 DR4	4611,00	3					
CASA VITORIA REGIA - LINS	1960,00	3					
Complexo Lins (Manutenção/ Almoxarifado/ Subfrota/ Lavanderia)	2241,00	3					
CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2003,00	3					
CASA DE SEMILIBERDADE S.J. RIO PRETO	376,00	3					
CASA IRAPURU I	2482,38	3					
CASA IRAPURU II	2482,38	3					

CASA PRESIDENTE BERNARDES (suspensa)	4208,00	3				
CASA MIRASSOL (suspensa)	2482,00	3				
CASA TANABI (suspensa)	2482,00	3				

**VALOR TOTAL - PLANILHA A**

**PLANILHA B - DESCUPINIZAÇÃO**

ÁREA EM M² (1)	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (2)	VALOR UNITÁRIO (POR M²) (R\$) (3)	VALOR TOTAL (R\$) (4) (1) X (2) X (3)
728,00	2		
1926,00	2		
2482,00	2		
2659,00	2		
4611,00	2		
1960,00	2		
2241,00	2		
2003,00	2		
376,00	2		
2482,38	2		
2482,38	2		
4208,00	2		
2482,00	2		
2482,00	2		

**VALOR TOTAL - PLANILHA B**

**PLANILHA C - CONTROLE DE POMBOS**

CENTROS ATENDIDOS	ÁREA COM NECESSIDADE DO SERVIÇO	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES (1)	VALOR UNITÁRIO POR APLICAÇÃO
-------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

			(R\$) (2)
SUBSEDE 1	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 728,00 m²	3	
CASA ARAÇÁ	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 1.926,00 m²	3	
CASA ARAÇATUBA	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.482,00 m²	3	
CASA MARÍLIA	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.659,00 m²	3	
CASA RIO DOURADO - LINS / Subsede 1 DR4	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 4.611,00 m²	3	

CASA VITORIA REGIA - LINS	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 1.960,00 m²	3	
Complexo Lins (Manutenção/ Almojarifado/ Subfrotas/ Lavanderia)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.241,00 m²	3	
CASA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.003,00 m²	3	
CASA DE SEMILIBERDADE S.J. RIO PRETO	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 376,00 m²	3	
CASA IRAPURU I	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.482,38 m²	3	

CASA IRAPURU II	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.482,380 m²	3	
CASA PRESIDENTE BERNARDES (suspensa)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 4.208,00 m²	3	
CASA MIRASSOL (suspensa)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.482,00 m²	3	
CASA TANABI (suspensa)	Quadra poliesportiva, andar dos dormitórios, caixas d'água, pátio, perimetral e beirais, todo o telhado do imóvel, cozinha, lavanderia, estruturas externas, encanamentos suspensos e janelas de todas as edificações do espaço 2.482,00 m²	3	
<b>VALOR TOTAL - PLANILHA C</b>			
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - GRUPO 8 - (PLANILHAS A + B + C)</b>			

- Validade da proposta: 180 (cento e oitenta) dias

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



## ANEXO VI

### MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

#### ANEXO VI.1

#### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*

## ANEXO VI.2

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)